

PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA UTF/BRA/083/BRA

**NOVA ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA E SOCIAL DA AGRICULTURA
FAMILIAR BRASILEIRA – UMA NECESSIDADE**

**Relatório do Seminário Nacional:
*Perspectivas para as Políticas Agrícolas e de
Desenvolvimento Rural no Brasil***

Juliano Palm

Leila Sandroni



**Relatório do Seminário Nacional:
*Perspectivas para as Políticas Agrícolas e de
Desenvolvimento Rural no Brasil***

Janeiro, 2017

Lista de Siglas

ABRASCO – Associação Brasileira de Saúde Coletiva
ADIN – Ação Direta de Inconstitucionalidade
ANA – Articulação Nacional de Agroecologia
ASA – Articulação no Semiárido Brasileiro
ASPTA - Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa – Agricultura Familiar e Agroecologia
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
CNAPO - Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
CNDRS - Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
CONDRAF - Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPDA - Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade / UFRRJ
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FEAGRI - Faculdade de Engenharia Agrícola / Unicamp
FETRAF - Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INESC - Instituto de Estudos Socioeconômicos
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ITR – Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NEAD - Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural do MDA
OPPA - Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura / CPDA/UFRRJ
P1MC – Programa 1 Milhão de Cisternas
PAA - Programa de Aquisição de Alimento
PCTs – Povos e Comunidades Tradicionais
PEC – Proposta de Emenda Constitucional
PESACRE – Grupo de Pesquisa e Extensão em Sistemas Agroflorestais do Acre
PGDR – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural / UFRGS
PIPSA - Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PT – Partido dos Trabalhadores
SAN – Segurança Alimentar e Nutricional
SBS – Sociedade Brasileira de Sociologia
SEAD - Secretaria Especial da Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário
SOBER - Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural
TIs – Terras Indígenas
UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFABC – Universidade Federal do ABC
UFF – Universidade Federal Fluminense
UFFS - Universidade Federal da Fronteira Sul
UFPA – Universidade Federal do Pará
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UNB – Universidade de Brasília
Unicamp – Universidade Estadual de Campinas

Sumário

Apresentação	5
Painel I - Perspectivas das políticas para a agricultura e o meio rural: entre os direitos adquiridos e os retrocessos recentes	7
<i>Políticas macro, agricultura e agronegócio</i>	7
<i>Políticas de desenvolvimento rural</i>	8
<i>Agricultura familiar e estratégias de desenvolvimento rural</i>	10
<i>Questão agrária</i>	12
<i>Políticas sociais e o mundo do trabalho</i>	14
<i>Mudanças na institucionalidade das políticas</i>	15
<i>Roda de conversa</i>	17
Painel II - Terra, território, agroecologia e segurança alimentar: balanço e desafios dos próximos anos	21
<i>Povos Indígenas</i>	22
<i>Semiárido</i>	25
<i>Povos e Comunidades Tradicionais</i>	28
<i>Agroecologia</i>	30
<i>Reforma Agrária</i>	32
<i>Segurança Alimentar e Nutricional</i>	34
<i>Roda de conversa</i>	36
Encaminhamentos finais	42

Apresentação

O presente relatório tem por objetivo a sistematização dos resultados do Seminário Nacional *Perspectivas para as Políticas Agrícolas e de Desenvolvimento Rural no Brasil*. Este evento foi realizado no dia 14 de dezembro de 2016, na sede do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ), localizada na cidade do Rio de Janeiro-RJ. A atividade foi desenvolvida a partir de convênio estabelecido pelo Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura (OPPA), do CPDA/UFRRJ, com o Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (NEAD/MDA) e a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). A comissão organizadora do evento foi composta pelos professores: Renato Sérgio Jamil Maluf (CPDA/UFRRJ), Leonilde Servolo de Medeiros (CPDA/UFRRJ), Claudia Job Schmitt (CPDA/UFRRJ) e José Renato Sant'Anna Porto (UFF).

Diante do quadro de profundas mudanças e incertezas, aprofundadas com o Golpe de Estado ocorrido no primeiro semestre de 2016, o Seminário objetivou promover um ambiente de reflexão crítica sobre as políticas públicas para a agricultura e o meio rural no Brasil em face dos cenários nacional e internacional. Para tanto, foram convidados pesquisadoras e pesquisadores de distintas partes do país, integrantes de organizações e movimentos sociais, além de professores e estudantes do próprio CPDA/UFRRJ.

A programação do Seminário foi dividida em dois painéis organizados de modo a permitir amplo debate entre os participantes a partir de falas introdutórias de pesquisadores que abordaram diversos aspectos do tema geral. O painel realizado na parte da manhã abordou a seguinte temática: *Perspectivas das políticas para a agricultura e o meio rural: entre os direitos adquiridos e os retrocessos recentes*. Para desenvolver este tema foram convidados seis pesquisadores que o abordaram a partir de diferentes questões: Guilherme Delgado (IPEA) teceu considerações sobre “Políticas macro, agricultura e agronegócio”; Arilson Favareto (UFABC) abordou as “Políticas de desenvolvimento rural”; Paulo Nierdele (UFRGS) discorreu acerca da “Agricultura familiar e modelos de desenvolvimento rural”; Sergio Leite (CPDA/UFRRJ) analisou a “Questão agrária”; Mauro Del Grossi (UNB) examinou as “Políticas sociais e o mundo do trabalho”; Caio França (MDA) abordou as “Mudanças na institucionalidade das políticas”. Este painel contou com a mediação do professor Renato Maluf (CPDA/UFRRJ).

O painel realizado na parte da tarde teve como temática: *Terra, território, segurança alimentar e agroecologia: balanço e desafios dos próximos anos*. Para iniciar as discussões sobre este tema também foram convidados seis pesquisadores: Andrey Ferreira (CPDA/UFRRJ) teceu considerações acerca dos “Povos indígenas”; Cimone Rozendo (UFRN) analisou o “Semiárido”; Edna Castro (UFPA) desenvolveu sua exposição sobre “Povos e Comunidades Tradicionais”; Paulo Petersen (ASPTA/ANA) abordou a temática a partir da “Agroecologia”; Paulo Alentejano (UERJ) analisou a questão da “Reforma Agrária”; Renato Maluf (CPDA/UFRRJ) examinou a “Segurança alimentar e nutricional”. Este painel contou com a mediação das professoras Cláudia Schmitt (CPDA/UFRRJ) e Leonilde Medeiros (CPDA/UFRRJ).

Após a exposição dos integrantes das mesas, o debate foi aberto para que todos participantes pudessem tecer suas considerações e questionamentos. No final do dia foi reservado espaço para que todos participantes pudessem contribuir nas reflexões acerca dos possíveis encaminhamentos e ações futuras a partir das discussões realizadas ao longo do Seminário.

Para apresentar a sistematização desta atividade, o presente relatório foi estruturado em três partes, além desta breve apresentação. As duas próximas seções apresentam, sucessivamente, as exposições dos painelistas e considerações dos participantes dos painéis realizados na parte da manhã e da tarde. Por fim, são apresentados os encaminhamentos do Seminário.

Painel I - Perspectivas das políticas para a agricultura e o meio rural: entre os direitos adquiridos e os retrocessos recentes

O Seminário Nacional *Perspectivas para as Políticas Agrícolas e de Desenvolvimento Rural no Brasil* iniciou com painel voltado à discussão das políticas para a agricultura e o meio rural. O debate teve início com as exposições de seis pesquisadores que analisaram a temática proposta, avaliando os direitos adquiridos e os retrocessos recentes, a partir de diferentes questões: políticas macro, agricultura e agronegócio; políticas de desenvolvimento rural; agricultura familiar e modelos de desenvolvimento rural; questão agrária; políticas sociais e o mundo do trabalho; e mudanças na institucionalidade das políticas.

1.1. Políticas macro, agricultura e agronegócio

O pesquisador Guilherme Delgado (IPEA) iniciou sua exposição salientando que o contexto atual é marcado por uma forte desorganização do pacto de poder geral que foi inaugurado com a Constituição de 1988. No caso específico da economia do agronegócio, observou, inicialmente, os impactos no sistema nacional de crédito com a desorganização imposta pelo conjunto de reformas proposto pelo atual governo¹. Outro fator de abatimento do pacto hegemônico do agronegócio vem das cadeias agroindustriais, que mesmo com marketing que se tem feito, não estão em um processo de expansão, mas sim de encolhimento e acumulação de endividamentos.

Em terceiro lugar, Delgado salientou o processo de desestruturação e desorganização do mercado de terras, frente a forte tendência de se buscar no setor externo da economia os recursos que faltam no mercado nacional para o sistema de financiamento. Neste sentido, a principal estratégia dos ruralistas está sendo a de internacionalizar o mercado de terras, conforme explicitado pelo Projeto de Lei 4.059/2012, já aprovado na Comissão de Agricultura e que está em vias de ser aprovado no plenário da Câmara dos Deputados².

Na compreensão do pesquisador, esta estratégia se coloca como uma das possibilidades de reorganização do pacto de poder neste setor, mas a mesma não viabiliza a hegemonia concertada como se teve até o período de 2013-14. Da mesma forma, esta estratégia explicita a anomia do contexto atual, pois o pacto do agronegócio tem por essência o suporte do Estado em todos os elos constitutivos de sua cadeia. Conforme Delgado: “é o Estado que organiza o mercado de terras, assim, tentar transformar terra em commodities é uma contradição performativa”. Existem, ainda, problemas jurídicos a serem enfrentados para que se garanta o direito de propriedade, posse e uso da terra nos moldes propostos no Projeto de Lei 4.059/2012, pois o Direito Constitucional não possibilita que se comercialize terra como commodities, a não ser que se desconsiderem os Artigo 184-6 da Constituição Federal.

¹ Depois de 15 anos de crescimento contínuo, o sistema nacional de crédito rural está experimentando uma retração em termos reais na safra 2016/2017.

² Com este Projeto de Lei todas as empresas de maioria de capital estrangeiro passam a ter todos os direitos das empresas de capital nacional. Assim, as fusões e aquisições que já ocorreram, a exemplo dos setores sucroalcooleiro, papel e celulose, indústria frigorífica, entre outros, passam a ter legalidade para expandir a propriedade territorial. Para as empresas imobiliárias rurais típicas, este processo possibilita a estruturação de negócios aos moldes de produtores de commodities.

Tendo em vista este panorama, Delgado frisou a compreensão de que processos de desorganização e reestruturação como o atual não se definem em curto prazo³. Desta forma, salientou ser relevante se ter em mente que os rumos deste processo estão em disputa e que não existe, *a priori*, um projeto definido e pronto para ascender como hegemônico.

1.2. Políticas de desenvolvimento rural

Arilson Favareto (UFABC) iniciou sua exposição observando que o contexto atual é marcado pela desestruturação de todos os pactos que sustentavam o modelo de crescimento vigente nas últimas décadas. Em sua compreensão, os avanços e ganhos alcançados na última década foram resultado, principalmente, da Constituição de 1988, das conquistas de direitos na década de 1990, e da ampliação dos mesmos ao longo dos anos 2000. Todavia, já antes do Golpe de Estado efetivado no início de 2016 se tinha sinais de esgotamento de vários elementos deste pacto político e econômico, como pode ser observado pela diminuição no ritmo de crescimento econômico já a partir de 2010 e pelo fato de as melhorias nos indicadores de desigualdade não terem sido tão expressivas quanto as melhorias nos demais indicadores de bem estar⁴. Assim, observou que não se deve idealizar e querer retomar o processo vivenciado nos últimos anos, pois o mesmo também era marcado por contradições e chegou ao seu limite, não podendo ser reeditado em um novo contexto. Frente a atual crise estrutural, então, salientou a necessidade de reinvenção da agenda e do sistema político⁵.

Em seguida, Favareto destacou a necessidade de se superar o discurso organizado sobre a ideia de duas agriculturas e desenvolvimento rural, agronegócio e agricultura familiar, que organizou grande parte da agenda política e de estudos dos últimos anos. Em sua compreensão, esta polarização continua fazer sentido sobre vários aspectos, mas não permite que se abarque a heterogeneidade e complexidade das formas sociais de produção da agricultura e dos padrões de desenvolvimento rural no Brasil contemporâneo⁶. Neste sentido, o pesquisador salientou a necessidade de se superar esta compreensão dual para poder pensar uma agenda futura.

Da mesma forma, Favareto destacou os limites das duas narrativas que buscam traçar estratégias de futuro e que predominam no debate atual. Por um lado,

³ A exemplo da desorganização do pacto de poder da *modernização conservadora* ocorrido em meados da década de 1980, em que a economia do agronegócio só conseguiu se reorganizar em final dos anos 1990, nos moldes em que ela funcionou até os dias atuais.

⁴ No campo da agricultura familiar, observou os limites do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), pela distribuição desigual e concentrada de seus recursos e o tipo de modelo tecnológico que esta concentração acabou estimulando.

⁵ Tendo em vista que o Partido dos Trabalhadores perdeu a capacidade de polarizar o sistema político como o vinha fazendo até então.

⁶ Na agricultura familiar, por exemplo, considerou ser difícil falar de interesses e agendas necessárias de um único ponto de vista, quando pensamos nas agendas da agricultura familiar da Amazônia, do semiárido do Nordeste, do Sul e Sudeste do Brasil. Por outro lado, no setor empresarial considerou existirem três subsetores se desenhando de maneira bastante clara: agronegócio em sua imagem clássica com grandes estruturas de maquinário, de forma minoritária um setor latifundiário, e um setor do agronegócio que incorpora, ao menos no plano discursivo, questões sociais e ambientais.

tem-se a narrativa de “uma só agricultura”⁷, que desconsidera a existência da agricultura familiar, compreendendo que a única diferenciação existente se dá entre aqueles que são agricultores e os que não o são. Assim, apenas um ministério da agricultura e uma política de crédito bastariam para atender aqueles que são agricultores, e uma agenda social para atender aqueles que não o são. Por outro lado, tem-se a narrativa caracterizada pelo discurso “volta MDA”, cuja essência é a defesa do conjunto de políticas e da institucionalidade que se tinha. Na compreensão de Favareto estas duas narrativas são extemporâneas, uma foi a agenda dos anos 2000 e a outra a do período anterior aos anos 1990, mas nenhuma das duas tem condições de ser reeditada no atual contexto.

O expositor salientou, ainda, a necessidade de se superar as duas grandes narrativas que predominam nas discussões acerca do desenvolvimento nacional. Atualmente o debate público é dominado pelo polo que tem os contornos da agenda neoliberal, com a retirada de direitos e diminuição do Estado. Esta agenda serve para determinada leitura do problema atual, mas não para oferecer um horizonte de médio prazo. Por outro lado, existe a tentativa de reeditar a agenda do social desenvolvimentismo, o que não é mais possível no atual contexto, pois esta agenda atingiu certo limite quanto aos seus resultados.

Do ponto de vista do quadro internacional, Arilson também destacou a existência de um binômio de narrativas acerca da inserção internacional do país, que, em sua compreensão, precisa ser superada. Por um lado, tem-se o espaço que historicamente as forças progressistas tentaram desenhar, desde os anos 1930, que era o da inserção via desenvolvimento de um setor industrial avançado. Esta agenda alcançou certos resultados, mas o espaço internacional de manufaturados está sendo ocupado pelos países asiáticos. Assim, na compreensão deste pesquisador, não é viável encontrar o espaço estratégico de inserção do Brasil através do campo da indústria tradicional do século XX. A segunda possibilidade de inserção do Brasil no mercado internacional, também discutida desde os anos 1930, mas por outro polo, seria via a agricultura, que nos tempos atuais se traduz em exportação de commodities. O cenário internacional favorece esta via, mesmo com a diminuição nos ritmos de crescimento. Todavia, salientou as consequências da mesma, por ser um modelo altamente concentrador, que reforça a dependência externa e vulnerabiliza a economia interna, além de uma série de outras complicações já bem conhecidas.

Frente este cenário, Favareto salientou que, em sua compreensão, é necessário que se faça o que o país fez na primeira metade do século XX, ou seja, reorganizar sua utopia de futuro, pensar em novos modelos e novas formas de organização econômica e social⁸. No caso brasileiro, observou que isto passa por um reinventar o espaço das regiões interioranas e periféricas em um novo modelo de desenvolvimento, com destaque para as regiões amazônica e do semiárido nordestino. Nesta perspectiva, destacou cinco temas sensíveis que podem ajudar a dar forma para uma agenda com estas características: a) coordenação, pensando em melhores formas de coordenação entre os diferentes níveis e áreas de governo, entre investimentos públicos, setor privado e sociedade civil; b) relação das áreas rurais com as cidades, principalmente com as cidades de médio porte, que podem

⁷ Expressa no livro “O mundo rural no Brasil do século XXI”, organizado por Zander Navarro, Antônio Márcio Buainain e Eliseu Alves. Posteriormente estas formulações foram apresentadas como a proposta de sete eixos para a agricultura para o governo Temer.

⁸ Favareto observou que esta necessidade se coloca para a humanidade como um todo.

oferecer grandes oportunidades de dinamização de circuitos de mercado; c) diversificação das econômicas locais para além da agricultura; d) novas formas de uso dos recursos naturais, que se tornam cada vez mais centrais; e) conhecimento e inovação, que são essenciais para os temas anteriores.

Por fim, Favareto ponderou que ao longo de sua exposição não tocou diretamente no tema que lhe havia sido proposto, por considerar que a política explicitamente chamada de desenvolvimento rural é apenas um fragmento diante do conjunto de elementos que afetam as dinâmicas de desenvolvimento. Neste sentido, considerou que seja possível desenhar várias agendas, mas a grande questão é saber se é possível que se monte uma coalizão de forças sociais no plano nacional e interno ao âmbito rural que seja capaz de sustentar um novo estilo de desenvolvimento e fazer das regiões rurais e interioranas uma parte importante desta estratégia. Em sua compreensão, não está claro quais serão os atores que terão capacidade de desenhar uma nova agenda com conteúdo inovador, pois as forças sociais organizadas ainda não estão caminhando nesta direção e os próximos anos serão marcados por uma longa, tortuosa e não coordenada transição em direção a um novo padrão de desenvolvimento.

1.3. Agricultura familiar e estratégias de desenvolvimento rural

O pesquisador Paulo Nierdele (UFRGS) iniciou sua exposição retomando um debate transcorrido no início dos anos 2000, que havia sido provocado por José Eli da Veiga, com o texto: “O Brasil Rural Precisa de uma estratégia de desenvolvimento”, e debatido por José Graziano da Silva, Jean Marc von der Weid e Valter Bianchini. Frente aos textos resultantes deste debate, chamou a atenção para três aspectos: a) Um contexto de efervescência do debate acadêmico e político entre grupos com distintas posições, mas em que predominava o respeito mútuo. b) A existência de um entendimento comum acerca da necessidade de se projetar uma estratégia de desenvolvimento para o Brasil rural, incorporando a agricultura familiar⁹. c) O reconhecimento comum dos limites que a coexistência agronegócio e agricultura familiar impunham para pensar uma estratégia coesa de desenvolvimento rural¹⁰. Partindo destes três eixos, Niederle analisou o que transcorreu passados quinze anos deste debate.

Em primeiro lugar, observou que, tanto no campo acadêmico como no político, o debate foi se restringindo pelo recrudescimento de posicionamentos. Como expressão disso, observou que parte dos pesquisadores que há 15 anos consideravam que não seria viável a permanência dos agricultores familiares, resolveu transformar seus argumentos em uma profecia autorrealizável, retirando a agricultura familiar do pacto sócio-político.

⁹ Destarte o significativo desacordo acerca de qual deveria ser a estratégia, em que José Eli salientava a diversificação, economia local, sustentabilidade, pequenos municípios rurais; e Graziano destacava a necessidade de alterar os rumos do desenvolvimento nacional, os entraves macroeconômicos, a relevância dos salários face o crescimento dos empregados rurais, e a temática da pobreza rural.

¹⁰ Em que José Eli, como secretário do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS), era muito mais otimista sobre a possibilidade de mediar os conflitos entre esses grupos, através de uma instância participativa como o CNDRS, o que o setor patronal nunca aceitou, ser cerceado por este tipo de estrutura participativa.

Em relação aos acordos sobre a estratégia de desenvolvimento rural a ser seguida, considerou que foram poucos os avanços nos últimos 15 anos. Por um lado, todos reconhecem que o agronegócio conseguiu definir sua estratégia ao longo deste período. Embora se questione a vulnerabilidade desta estratégia a longo prazo, existe certo consenso acerca do papel do agronegócio nos mercados internacionais de commodities. Por outro lado, a agricultura familiar teve muito mais dificuldade em definir sua estratégia. Questões centrais não foram superadas ou tratadas de forma adequada, a exemplo do dilema entre especialização e diversificação, que já estava presente nas discussões dos anos 2000. A falta de uma definição estratégica levou a emergência de múltiplas desconexões: entre a política macro institucional e as políticas de desenvolvimento rural; entre a política agrícola e as políticas de segurança alimentar; entre a política agrícola diferenciada, em especial o PRONAF e políticas associadas, e a política social.

Desta forma, Niederle salientou a observação de que no campo da agricultura familiar, destarte os significativos avanços que se teve nos últimos anos, sobretudo na produção de políticas públicas, o processo de “inovação por adição” não foi capaz de orientar o conjunto dos atores sociais em torno de uma estratégia coerente ao longo do tempo. Ou seja, ao longo dos últimos anos foram sendo adicionadas políticas públicas na medida em que era possível cria-las, respondendo a determinados desafios, mas sem que com isso se orientasse uma estratégia coordenada de desenvolvimento rural.

Neste sentido, o expositor também ressaltou a necessidade de se compreender a importância da estrutura institucional do Estado brasileiro no bloqueio à construção desta estratégia. Em sua compreensão, o arranjo institucional que historicamente foi construído não foi desestruturado nos últimos anos, o que houve foi uma capacidade de resistência por parte dos atores que estavam à frente do governo, sobretudo do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em criar determinados nichos institucionais para produzir política pública. Assim, observou que no atual contexto o peso da trajetória do Estado brasileiro voltou a mostrar o que é em sua conformação tal qual as elites burocráticas constituíram este Estado.

Por parte dos movimentos sociais da agricultura familiar, Niederle também observou que nos últimos 15 anos dedicou-se pouca atenção ao campo de batalhas institucional. A cada Grito da Terra reivindicava-se mais crédito, mas com pouca incidência sobre o arranjo institucional das políticas e do próprio MDA. Esta fragilidade institucional, em sua compreensão, tem levado as políticas mais inovadoras serem desmontadas com maior facilidade no contexto atual. Em contrapartida, as políticas agrícolas mais tradicionais, que não afetam a estrutura institucional, a exemplo do PRONAF, estão sendo mantidas.

Acerca da coexistência das categorias agricultura familiar e agronegócio nas discussões sobre estratégia de desenvolvimento rural, Niederle salientou a compreensão de que esta oposição continua tendo certa validade. Pois, ao longo dos últimos anos as categorias agricultura familiar e agronegócio se estabeleceram no campo sócio-político, tencionando por recursos, identidades e modelos de desenvolvimento rural diferenciados. Assim, não se teria como deixar de reconhecer que estas identidades se cristalizaram no debate acadêmico e político brasileiro. Entretanto, salientou que ambas devem ser compreendidas em sua heterogeneidade, o que não foi feito de maneira eficaz pela maioria dos estudiosos

da temática. Da mesma forma, observou que os movimentos sociais e as políticas públicas tiveram certa dificuldade em tratar da heterogeneidade destes dois setores.

No contexto atual, destacou a emergência de um novo dualismo, que busca subdividir agricultores produtivos e improdutivos, aqueles que seriam agricultores e os que não o seriam. Em sua compreensão, este dualismo é extremamente problemático, pois é a partir do mesmo que a agricultura familiar está sendo excluída do pacto social existente, tentando-se fazer uma apropriação dos agricultores familiares considerados “produtivos”, como integrantes do agronegócio, assim inviabilizando a possibilidade de um projeto alternativo de desenvolvimento rural.

Por fim, Niederle observou que a conjuntura atual tem levado a uma fragmentação de pautas dos principais movimentos sociais do campo, que assim não estão conseguindo colocar na agenda de negociações o conjunto de políticas mais inovadoras que foram construídas ao longo dos últimos 15 anos, a exemplo das políticas de participação, desenvolvimento territorial e novos mercados, incluindo compras públicas, que seriam essenciais para projetar um novo padrão de desenvolvimento rural. Pelo contrário, a agenda destes movimentos tem se firmado, em sua compreensão, nas políticas agrícolas mais tradicionais, nas políticas sociais e nos direitos básicos. Assim, salientou a importância de reprogramação da plataforma de debates, em que destacou as possibilidades de desdobramentos de atividades como o presente Seminário.

1.4. Questão agrária

O pesquisador Sérgio Leite (CPDA/UFRRJ) iniciou sua exposição chamando a atenção para três processos que pautam os debates acerca da conjuntura atual e que são centrais para se pensar a questão agrária: 1) Desmonte das políticas públicas para a agricultura familiar, que demonstram a crise da institucionalidade criada no interregno 1992-95/2016¹¹. 2) *Boom* das commodities no mercado internacional, entre o final dos anos 1990 e 2014-15, abrindo espaço para uma reprimarização na pauta de exportações brasileiras e trazendo novas configurações que promoveram a expansão do cultivo das commodities agrícolas, como também das explorações minerais, que avançaram por diversas áreas, principalmente na Amazônia. 3) Profunda reorganização da base patrimonial fundiária do país, em que salientou o processo de financeirização e internacionalização do mercado de terras.

Inicialmente Leite chamou atenção para a relação existente entre a valorização das commodities agrícolas¹² no mercado internacional e o drástico aumento no preço dos imóveis rurais no Brasil, entre o final dos anos 1990 e 2015, principalmente nas chamadas regiões de “fronteira agrícola”¹³. Este processo tem favorecido a financeirização do mercado de terras com a participação de

¹¹ Neste sentido, observou que existe uma grande capacidade de se compreender a atual situação a partir da perspectiva do neoinstitucionalismo histórico na análise das políticas públicas, identificando 2016 como um momento crítico e pensando-se as possíveis reações adversas em um novo sequenciamento de políticas que irão emergir a partir desta crise.

Não tendo tempo para desenvolver esta discussão em sua exposição, destacará apenas a extinção da Ouvidoria Agrária do MDA.

¹² Ressaltando que o mesmo também pode ser considerado para a exploração mineral.

¹³ No sul do estado da Amazônia, por exemplo, a valorização de terras, neste interregno, atingiu 780%, o que é inacreditável quando comparado a indicadores como a inflação deste período.

investidores estrangeiros, especialmente de Estados Unidos, Europa e China¹⁴. Em relação a esta corrida internacional por terras, Leite observou ser possível analisar iniciativas como o Projeto de Lei 2289/2007¹⁵, que propunha uma regulamentação dos mecanismos de internacionalização do mercado de terras; como também, no período mais recente, as contundentes tentativas de desregulamentação e de liberalização deste mercado, a exemplo do Projeto de Lei 4059/2012¹⁶. Em 2010 a Advocacia Geral da União (AGU) lançou parecer ponderando que a Lei de 1971, que delimita explicitamente a capacidade de participação do capital estrangeiro nas aquisições de terras no Brasil, ainda está vigente pela atual Constituição. Assim, buscou-se frear o crescente movimento de empresas estrangeiras adquirindo terras no país. Todavia, Leite observou que com este parecer da AGU permanece a questão de como caracterizar os capitais que compõem as empresas nacionais, pois a própria legislação que versa sobre as mesmas foi alterada na década de 1990, permitindo uma maior flexibilização no conceito de empresa nacional e assim uma maior permeabilidade ao capital estrangeiro¹⁷.

Na sequência Leite abordou a Medida Provisória que se está tentando aprovar e que versa sobre Reforma Agrária¹⁸. A partir de versão preliminar desta Medida, o pesquisador destacou as tentativas de privatização da Reforma Agrária, ao se propor a titulação de 750.000 lotes de assentamentos, permitindo, inclusive, que estes lotes sejam colocados no mercado de terras¹⁹. Da mesma forma, destacou as iniciativas de municipalização da Reforma Agrária, pois, no texto preliminar da Medida, se propõe que as prefeituras façam a seleção de famílias e que tenham maior participação na gestão dos projetos de assentamento²⁰. Em terceiro lugar, Leite destacou que a Medida prevê a extensão do Programa Terra Legal, em termos de prazos temporais e cobertura geográfica. Inicialmente este Programa estava voltado à região Norte do país, mas, caso a Medida seja aprovada, o mesmo passaria a ser válido para todo território nacional e teria uma expressiva extensão em seus prazos de execução²¹.

A partir dos elementos abordados, Leite salientou a compreensão de que a profunda redefinição na base patrimonial e fundiária é extremamente importante na recomposição dos processos em curso e, assim, o tema da terra volta a ter centralidade na agenda atual, por estar na base da valorização de capitais que não

¹⁴ O expositor também chamou a atenção para a participação de grupos latino americanos neste processo, em especial da Argentina.

¹⁵ Apresentado pelo Deputado Beto Faro do Partido dos Trabalhadores (PT).

¹⁶ Apresentado pelo Deputado Marcos Montes do Democratas (DEM).

¹⁷ Frente este processo, Leite chamou atenção para a análise presente no texto recente de Sérgio Sauer e Luís Felipe Perdigão de Castro "Marcos legais e a liberalização para investimentos estrangeiros em terras no Brasil", que demonstram que este movimento se baseia na expropriação de diversos atores, especialmente os vinculados a comunidades tradicionais, indígenas, agricultores familiares, ribeirinhos, extrativistas, entre outros.

¹⁸ A partir de uma publicação recente de entrevista com o atual presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

¹⁹ Neste sentido, também chamou a atenção para o fato de muitos assentamentos rurais estarem localizados em meio a áreas de grandes monoculturas, a exemplo do estado de São Paulo.

²⁰ Neste sentido, Leite destacou, ainda, a necessidade de se observar que em diversas regiões do país existe uma forte inserção das oligarquias locais no poder municipal.

²¹ Frente ao Programa, Leite destacou as profundas críticas acerca da forma como o mesmo foi implantado.

tem nada a ver com o agro, mas que passam a impactar e estar diretamente envolvidos no mesmo²².

Por fim, o expositor salientou a necessidade de se pensar os efeitos inesperados e imprevistos que o conjunto de políticas para a agricultura familiar criado nas últimas décadas tende a ter no contexto crítico atual. Destarte as críticas que devem ser feitas a este conjunto de políticas, Leite ressaltou a necessidade de se reconhecer os acúmulos obtidos, como também os efeitos imprevistos e inesperados destes processos.

1.5. Políticas sociais e o mundo do trabalho

Mauro Del Grossi (UNB) iniciou sua exposição destacando alguns processos que, em sua compreensão, são fundamentais para a configuração do mundo do trabalho no rural contemporâneo. De um lado, destacou a redução dos processos migratórios urbano-rural; a expressiva elevação no número de contratos de emprego permanente e a queda nas relações de trabalho informais. No campo da agricultura familiar, salientou que, destarte certa estabilização no número de agricultores ao longo dos últimos anos, em cerca de 4,5 milhões de famílias, tem ocorrido importantes transformações: crescentes elevações na renda das famílias; especialização produtiva; diminuição no número de pessoas que continuam se dedicando ao trabalho agrícola; continuidade dos processos de masculinização e envelhecimento neste contingente de trabalhadores²³. Em sua compreensão, estes processos foram centrais para a diversificação da agricultura familiar observada nos últimos anos.

Ao analisar o atual processo de desmonte das políticas públicas e seus possíveis efeitos para os agricultores familiares, Del Grossi salientou a importância das políticas sociais. A partir de análise das estatísticas do número de beneficiários do PRONAF e do Programa de Aquisição de Alimento (PAA), o expositor observou que, destarte sua importância, estas políticas não chegaram a atender o contingente de agricultores familiares em sua totalidade ao longo dos últimos anos. Por outro lado, a Previdência Social e programas como o Bolsa Família tiveram grande capilaridade em meio às regiões rurais²⁴.

Por fim, Del Grossi salientou que, em sua compreensão, a pauta de alimentos “puros”, sem agrotóxicos e transgênicos, possa ser estratégica para unir os diferentes segmentos que compõem a categoria agricultura familiar em torno de um projeto de desenvolvimento rural alternativo.

²² Estes movimentos econômico-financeiros permitem que, por exemplo, fundos de pensões mobilizem recursos e os valorizem em terras, estando na base de processos de expropriação de terras camponesas.

²³ Em relação a estes processos, Del Grossi também destacou a importância da aposentadoria rural a partir da Constituição de 1988, com a qual passou a ser crescente o número de famílias que residem no rural sem desenvolver trabalho agrícola ou produzindo apenas para sua subsistência.

²⁴ Neste sentido, observou que a aposentadoria rural tende a ter grande importância para unificar pautas de movimentos sociais. Da mesma forma, destacou que, em sua compreensão, a Medida Provisória da Reforma Agrária atinge e pode unificar movimentos sociais históricos: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar (FETRAF), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).

1.6. Mudanças na institucionalidade das políticas

Em seguida, Caio França (MDA) analisou as mudanças na institucionalidade das políticas voltadas à agricultura familiar. Inicialmente o expositor observou se tratar de uma institucionalidade recente, que foi se formando em um processo vagaroso, descontinuo e incompleto²⁵. Da mesma forma, salientou a necessidade de se observar que se trata de uma agenda contra hegemônica que ganhou espaço por sua profunda vinculação com temas mais abrangentes como segurança alimentar e desenvolvimento sustentável. Estes fatores, na compreensão de França, são cruciais para que se analise o processo de desmonte desta institucionalidade, como também o que foi possível constituir neste período de lutas e de construção de políticas²⁶.

Frente aos tortuosos caminhos percorridos por esta institucionalidade após o Golpe de Estado desencadeado na primeira metade de 2016, França salientou existir uma indefinição acerca do que se deveria fazer com o MDA na base dos movimentos pró impeachment de Dilma Rousseff²⁷. A primeira medida do Governo Temer foi a extinção do MDA e a transferência de suas competências e atribuições para o MDS, que passou a se chamar Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. O Ministro do Desenvolvimento Social, que não estava interessado nesta pauta e que acompanhava as disputas internas no governo, não fez nenhum despacho sobre esta agenda durante semanas, aguardando que o governo acolhesse a insatisfação de setores do Partido Solidariedade. Quando já estava em vigência a Medida Provisória que repassava a agenda do MDA para o MDS, o governo lançou um Decreto transferindo a nova Secretaria Especial da Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário (SEAD) para a Casa Civil. Como não houve nenhum procedimento administrativo para organizar esta transição, foi agravada uma paralisia na gestão e criado um conjunto de inseguranças jurídicas que levaram a edição de uma Portaria que buscava esclarecer quem poderia responder pelas diferentes demandas. Finalmente, em outubro de 2016 foi lançado um Decreto que apresentava, de forma mais clara, a configuração da nova estrutura regimental, dos cargos de confiança e funções gratificadas, na Casa Civil.

²⁵ Processo em que salientou ser possível identificar quatro momentos críticos: junto ao processo de redemocratização, com a criação e extinção do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD) e o Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária; com o agravamento dos conflitos no campo na primeira metade da década de 1990, que levou a criação do Ministério Extraordinário de Política Fundiária em 1996; com criação do PRONAF e sua gestão descentralizada, na segunda metade da década de 1990, em que também se observa certa retomada de uma política de assentamentos; por fim, uma inflexão nesta trajetória a partir de 2003, com a convergência conflitiva entre a agenda dos movimentos sociais e as novas prioridades do governo.

²⁶ Neste sentido, também observou que algumas avaliações de políticas, ao longo dos últimos anos, foram extremamente contundentes acerca da existência ou não sentido estratégico nas mesmas, como também acerca dos efeitos destas políticas. Em sua compreensão, muitas avaliações deixaram de considerar uma série de iniciativas que, destarte serem incompletas e limitadas, avançaram de forma expressiva. Assim, salientou a observação de que foram construídos alguns paradigmas de análise que estão extremamente marcados pelos debates dos anos 1990 e que considera serem insuficientes para se realizar um balanço dos anos 2000 apenas com estes referenciais.

²⁷ Alguns setores propunham a extinção do MAPA e do MDA, com a criação de um ministério do desenvolvimento rural e incorporação das atribuições e competências do MDA no MDS, a partir da compreensão de que as políticas para o público da agricultura familiar seriam políticas sociais. Por outro lado, setores defendiam a preservação do MDA, a exemplo do Partido Solidariedade, que pretendia assumir o mesmo.

Na sequência França passou a destacar algumas das principais mudanças institucionais que ocorreram nesta tortuosa trajetória. Neste sentido, salientou as importantes alterações que ocorreram na Secretaria de Agricultura Familiar e na Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Dos três Departamentos da Secretaria de Agricultura Familiar foram mantidos dois, Financiamento e Proteção da Produção e Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). As atribuições da área de diversificação, agroecologia e compras institucionais, foram redistribuídas entre o Departamento de Financiamento e Proteção da Produção e o Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER)²⁸. A Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) foi transformada em Secretaria de Desenvolvimento Rural²⁹, que há indícios de ser o órgão responsável pela interlocução e celebração de parcerias com a sociedade civil e outros entes³⁰. A Secretaria de Reordenamento Agrário manteve a gestão do Crédito Fundiário e Fundo de Terras. O tema do semiárido, que estava na SDT, foi para a CRA. Uma medida com muita repercussão foi a extinção da Diretoria de Política para as Mulheres. Atualmente, existe apenas uma Coordenação Geral dentro da Secretaria de Desenvolvimento Rural que abrange as temáticas: mulheres, quilombolas, indígenas, juventude, entre outros. França também chamou a atenção para a extinção da Assessoria de Assuntos Internacionais, que reflete uma profunda mudança na política internacional do Ministério. Outra estrutura extinta foi o NEAD. Por fim, salientou ter ocorrido uma redução do número de cargos que haviam no Ministério.

A partir deste conjunto de transformações, França observou que, destarte o discurso de continuidade por parte de representantes do Governo Temer, já se tem um conjunto de indicativos de que diversas políticas devem ser reduzidas ou descontinuadas. Da mesma forma, destacou que setores deste Governo têm desqualificado o legado do conjunto de políticas que estavam sob a gestão do MDA. Neste sentido, observou que para além da justificativa de crise econômica, há também um discurso de políticas ineficazes, ineficientes, de alto custo, entre os argumentos que buscam justificar o desmonte do conjunto de políticas públicas que havia sido criado.

Por outro lado, França observou que duas áreas têm sido priorizadas na atual gestão: terra e serviços de ATER. Na temática terra, para além dos pontos destacados por Sérgio Leite, salientou haver uma agenda de interlocução intensa da SEAD com os governos estaduais, no sentido de transferir as terras públicas federais e as competências de destinação e regularização. Da mesma forma, destacou o silêncio absoluto da Secretaria em relação a revisão do marco legal e normativo da aquisição de terras por estrangeiros.

A importância que tem sido dada aos serviços de ATER, na compreensão de França, tem relação com a composição da direção da SEAD, formada por uma confluência de quadros da EMATER de Minas Gerais, Força Sindical, Partido Solidariedade e algumas pessoas que eram da gestão anterior³¹. Nesta área, o

²⁸ A exemplo dos temas da agroecologia e do biodiesel, que passaram para uma Coordenação do DATER.

²⁹ França destacou a observação de que no Decreto de criação desta Secretaria não encontra-se a expressão desenvolvimento territorial, somente a expressão estratégias territoriais.

³⁰ Pois a estrutura desta nova Secretaria prevê uma coordenação de gestão e articulação de políticas, que parece ter esta função.

³¹ França observou que este enquadramento Partidário também se reflete no quadro de delegados e superintendentes do INCRA.

expositor observou estar em curso um processo de reforço das agências governamentais de ATER³². França também destacou que está sendo sinalizada uma mudança no padrão das Chamadas Públicas de ATER, que devem passar a priorizar os recortes geográficos, sem pontuar temáticas que vinham sendo priorizadas: mulheres, agroecologia, juventude, gestão cooperativa³³.

França também destacou as sinalizações de mudança, por parte do Governo Temer, no padrão de relação com a sociedade civil e de participação social de forma mais ampla. O discurso, como em outras áreas, está sendo de continuidade, fazendo-se agendas com movimentos e conselhos³⁴. Entretanto, o expositor observou que diversos setores do atual governo sobrevalorizaram uma compreensão de que a participação social deva se dar diretamente com os agricultores, com certa desconsideração das organizações e movimentos que os representam³⁵.

Por fim, França pontuou que, em sua compreensão, as mudanças institucionais podem ser sintetizadas pela redução no protagonismo político e escopo de atuação deste órgão setorial na agenda pública do desenvolvimento rural nacional e internacional. Neste sentido, destacou que a condição de Secretaria e a concepção mais restrita sobre as atribuições e prioridades da mesma diminui muito a capacidade de interlocução para dentro do governo. Da mesma forma, observou que no plano internacional esta redução no protagonismo é extremamente evidente³⁶.

1.7. Roda de conversa

A professora Débora Lerrer (CPDA/UFRRJ) salientou que, em sua compreensão, a não realização da reforma agrária é central para se pensar o processo transcorrido com as políticas públicas para a agricultura familiar ao longo

³² A exemplo da destinação de um montante de R\$ 52 milhões para as empresas estaduais de ATER na primeira semana de dezembro de 2016, para a aquisição de computadores e renovação da frota de veículos.

³³ Da mesma forma, o expositor observou que, possivelmente, devem ser reduzidos os espaços de interlocução com representantes da sociedade civil organizada nos processos de construção das Chamadas Públicas de ATER.

³⁴ A exemplo das agendas com o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF) e Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO).

³⁵ Neste sentido, França pontuou que várias pessoas que assumiram cargos diretivos compreendem que a participação social deveria se dar apenas pela interação do extensionista com o agricultor. Na mesma direção, o expositor pontuou que em um grande encontro dos movimentos e a direção do Ministério que ocorreu recentemente, chamou-se a atividade de Workshop, frustrando as expectativas dos movimentos participantes, que esperavam que este seria um espaço de negociação. Isto resultou em uma carta dos movimentos, pontuando que tinham a expectativa de apresentar suas demandas ao Ministro/Chefe da Casa Civil, mas o mesmo não compareceu por considerar que seria um ambiente de críticas as medidas que vinham sendo colocadas.

³⁶ Neste sentido, observou que em junho o governo brasileiro não enviou nenhum representante à Reunião Especializada da Agricultura Familiar (REAF). Da mesma forma, a Secretaria não foi representada na reunião ministerial sobre agricultura familiar e na reunião do grupo de trabalho sobre agricultura familiar da SELAC, deixando que a representação nestes espaços se restringisse ao MAPA. A Secretaria também não enviou nenhum representante à Convenção Quadro do Tabaco que ocorreu na Índia, deixando a participação apenas com o MAPA. Da mesma forma, não está tratando da agenda do BRICS, onde tem um fórum de ministros do desenvolvimento agrário e da agricultura. Também há uma rediscussão profunda sobre a agenda de cooperação que o Brasil desenvolve na América Latina e Caribe por intermédio da FAO.

dos anos 2000. Neste sentido, destacou que políticas públicas centrais, a exemplo do PRONAF, surgiram de contextos em que a luta pela terra estava com grande visibilidade na sociedade. Posteriormente estas políticas públicas foram ampliadas e renovadas, mas sem que se modificasse a estrutura agrária do país. Sem conquistas de terra no campo, os movimentos sociais que se mobilizavam em torno da reforma agrária foram perdendo sua capacidade de tencionamento, com a redução de suas bases sociais. Desta forma, Débora observou ter sido criada uma dinâmica que reduziu as pressões políticas, deixando espaço para o agronegócio avançasse sem ter que enfrentar grandes tensões.

Julian Perez Cassarino (UFFS) salientou que, em sua compreensão, é necessário refletir acerca do papel dos movimentos sociais do campo no contexto atual, tendo em vista que nas últimas décadas estes movimentos se configuraram nas grandes forças sociais do país e que ao longo dos anos suas pressões receberam respostas dos Governo do PT. Entretanto, atualmente estes movimentos não têm se expressado de forma significativa, mesmo nas manifestações que estão em curso sua participação fica aquém do esperado³⁷. Da mesma forma, observou ser necessário problematizar o papel e relação da academia em relação aos movimentos sociais do campo, que avançou muito ao longo dos últimos anos, mas com uma aliança estratégica que minimizou questionamentos³⁸.

Ariane Brugnhara (doutoranda CPDA/UFRRJ) pontuou que nos últimos anos, por um lado, buscou-se sustentar o discurso de que o agronegócio seria a base de sustentação das políticas sociais no Brasil, por outro, observou-se que o agronegócio recebeu expressivos aportes financeiros dos cofres públicos, o que está sendo reforçado no contexto atual. Assim, questionou se este cenário recolocaria a questão da luta de classes no campo.

Fabricio Teló (doutorando CPDA/UFRRJ) pontuou duas questões para os integrantes da mesa: 1) o que motivou a extinção do Gabinete de Segurança Institucional em 2015³⁹ e; 2) qual a centralidade da questão agrária no Golpe de 2016, em comparação com a importância do mesmo no Golpe de 1964.

Maria José Carneiro (CPDA/UFRRJ) salientou a necessidade de se observar que junto aos processos de envelhecimento e masculinização um contingente expressivo de jovens está permanecendo no rural, não se sabendo quais atividades exercem e como se integram ao mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, observou que os movimentos sociais parecem ter dificuldades em incorporar a agenda da juventude em suas pautas. Neste sentido, considerou que em uma agenda futura de pesquisa deva-se incorporar esta temática, buscando-se melhor compreender as dinâmicas e anseios dos jovens no rural.

³⁷ Neste sentido, questionou se esta falta de mobilização seria um receio frente as ameaças e repressões que estes movimentos já estão vivenciando no momento atual ou se seria expressão de uma desmobilização.

³⁸ Neste sentido, pontuou que nos espaços de construção e operacionalização de políticas públicas de que participou, observou que nos grupos consultivos e fóruns os movimentos sociais buscavam negociar as suas questões pontuais sem uma unidade mais estratégica com outros movimentos e a discussão de um projeto de desenvolvimento mais amplo.

³⁹ Levantou este questionamento em relação ao Programa GeoBR, criado em 2005 e que tem como objetivo o monitoramento georeferenciado para processar os pedidos de exploração mineral nas terras de fronteira, mas que também passou a monitorar movimentos sociais e ONGs a partir de 2010, e em 2015 foi interrompido com a extinção do Gabinete de Segurança Institucional.

Claudia Schmitt (CPDA/UFRRJ) pontuou a necessidade de se fazer uma leitura da questão agrária incorporando as dimensões relacionadas aos recursos naturais⁴⁰ e as alterações em seus marcos regulatórios. Também considerou ser necessário repensar as formas e possibilidades de recomposição do tecido social e institucional no atual contexto, o qual está extremamente fragilizado e é central para a emergência de uma nova narrativa. Neste sentido, observou que os referenciais de análise e ação que se dispõe foram construídos em outra configuração, assim também precisando ser revistos⁴¹. Por fim, pontuou a necessidade de se compreender melhor o significado da profunda fragilização do Partido dos Trabalhadores nos pequenos municípios e regiões rurais, onde o mesmo desempenhava um papel específico e de importância nas relações e arranjos sociopolíticos.

Natalie Beghin (INESC) questionou como seria possível compreender os votos maciços da bancada ruralista a favor da PEC 241/55, tendo em vista que a mesma também expressa perdas financeiras expressivas para o agronegócio, quando se considera as subvenções e gastos tributários. A partir da observação de que os índices de Desenvolvimento Humano e de concentração de terras são inversos, também questionou como se poderia explorar melhor contradições como esta.

Após as falas do público retornou-se a palavra aos integrantes da mesa para que os mesmos tecessem suas considerações finais. Arilson Favareto observou que, por um lado, o campo progressista não tem uma narrativa e estratégia de desenvolvimento para o Brasil rural de médio prazo, somente um discurso sobre como os investimentos públicos podem potencializar alguns segmentos da agricultura familiar. Por outro, a agricultura patronal tem uma narrativa acerca de como devem ser utilizados os investimentos públicos e marcos legais para o conjunto do Brasil rural, a sua maneira e de acordo com os seus interesses. Assim, destacou que, em sua compreensão, as forças progressistas precisam construir estratégias de médio prazo para o Brasil rural, considerando a coexistência conflitiva entre agriculturas familiares e o setor patronal/empresarial da agricultura brasileira, algo que certamente é incômodo, mas necessário para não se restringir o campo de lutas.

Favareto também observou que no campo da institucionalidade se deve reconhecer que se durante 15 anos o Brasil foi referência em políticas públicas para outros países, nos anos mais recentes o país perdeu esta característica e precisa buscar inspiração nos avanços que outros países estão conseguindo com diferentes instrumentos e arranjos de políticas públicas. Neste sentido, salientou a necessidade de se observar o envelhecimento e esgotamento de um ciclo (de determinada agenda, práticas e atores coletivos) e que um novo ciclo irá emergir, destarte o processo de transição atual estar bastante indefinido.

Dando continuidade ao debate sobre estratégias, Paulo Niederle observou que, ao afirmar que a agricultura familiar teve muito mais dificuldades em produzir uma coalizão estratégica de políticas em comparação ao agronegócio, não se referia apenas ao governo, mas ao conjunto de mundos sociais implicados, entre eles o

⁴⁰ A exemplo de terra, água e biodiversidade.

⁴¹ A exemplo dos movimentos de internacionalização e apropriação de terras com a presença de grandes corporações, processos que ocorrem com algum grau de violência e para os quais os referenciais que possuímos não se demonstram perfeitamente adequados.

acadêmico, que não conseguiram produzir tal coalizão estratégica. Entretanto, em sua leitura, se fosse possível ter definido esta estratégia em direção a um modelo diferente do agronegócio, jamais se poderia ter aceitado um financiamento para a soja com 2% de juros ao ano⁴². Certamente os movimentos sociais, a academia e os gestores públicos teriam grandes dificuldades em pautar que o PRONAF não financiasse produções como a de soja, pois isto traria uma crise de representatividade inimaginável para dentro de diversos movimentos sociais. Neste sentido, considerou que a agenda de “comida saudável” ou “comida limpa” possam ser mobilizadoras e unificadoras, mas também podem trazer uma crise de representação para vários movimentos, pois não é possível criar um discurso entorno de “comida saudável” e ter uma base social que é, fundamentalmente, produtora de soja transgênica, com crédito de 2% de juros ao ano. Desta forma, Niederle salientou que, em sua compreensão, a produção de uma nova coalizão deve ir muito além do âmbito agrário, incorporando os movimentos urbanos, movimentos de consumidores. Neste sentido, observou que espaços como o CONSEA representam a coalizão que está imaginando, uma nova coalizão de forças com capacidade de produzir política e que vai além do público agrário estrito senso.

Guilherme Delgado destacou, inicialmente, que o agronegócio não sustenta as políticas sociais no Brasil⁴³. O agronegócio tem participação nas exportações que conduziram um eixo de crescimento da economia, mas não é tributado neste processo. Em segundo lugar, salientou que a crítica ao agronegócio deve ser a chave de abertura para a construção de um projeto alternativo de desenvolvimento rural, pois o mesmo, além da pauta da agricultura familiar, deve propor um agronegócio regulado. Do contrário, este projeto alternativo seria extremamente limitado, traçando estratégias para a agricultura familiar e deixando o agronegócio em sua dinâmica atual. Neste sentido, salientou a necessidade de que o agronegócio seja submetido a regras sociais e ambientais em uma estratégia de longo prazo de desenvolvimento da agricultura brasileira⁴⁴.

A partir destas considerações, Delgado observou que não se deve pensar que não existe um projeto alternativo de desenvolvimento rural, mas sim que o mesmo não está tendo força política no contexto atual. Assim, salientou a importância de se estar mais ativo neste contexto de crise, buscando canais de diálogo com a sociedade mais consistentes e permanentes.

Caio França destacou que, em sua compreensão, o principal desafio no contexto atual é explorar as contradições e conflitos que irão se constituir a partir do ataque de direitos e conquistas. Neste sentido, salientou a necessidade de se traçar planos de luta em diferentes âmbitos. Em primeiro lugar pontuou a necessidade de se garantir e avançar nos direitos em diferentes campos, a exemplo da defesa dos espaços democráticos de formulação e participação que foram conquistados e a regulamentação restritiva do agronegócio, conforme Delgado havia pontuado. Em segundo lugar salientou a necessidade de se valorizar as experiências desenvolvidas ao longo dos últimos anos. Em terceiro, que considerou ser o mais polêmico, destacou a necessidade de se continuar defendendo a agricultura familiar

⁴² Apenas em 2015 esta taxa passou para 5% ao ano.

⁴³ Neste sentido, salientou, a partir de análise das bases de financiamento da seguridade social, que as mesmas não têm nada a ver com os recursos advindos do agronegócio.

⁴⁴ Salientando que as regras ambientais e seus marcos legais, frente a água, terra e biodiversidade, são essenciais. Pois a partir das variações climáticas que vem sendo observadas estas regulamentações ganham profunda pertinência e consistência.

no padrão hegemônico. Por fim, salientou a compreensão de que as narrativas dos setores contra hegemônicos não têm o grau de elaboração e explicitação que tem o discurso hegemônico por não estarem instituídas e necessitarem ser atualizadas constantemente.

Frente aos questionamentos acerca das contribuições do agronegócio para o Estado brasileiro, Mauro Del Grossi observou que de 10 em 10 anos o agronegócio dá um grande golpe nas contas públicas. No contexto do Plano Cruzado, em 1985, o agronegócio realizou uma grande renegociação de dívidas, da qual nunca foram publicados os custos para o Estado brasileiro. Em meados da década de 1990 foi realizada outra grande renegociação de dívidas do agronegócio, da qual se sabe que as cifras são bilionárias, sem se saber os números exatos. Em 2005 houve uma grande manifestação de setores do agronegócio para que ocorresse outra renegociação de dívidas, a qual, destarte as pressões contrárias do Governo do PT, acabou sendo realizada. Em 2015-16 teria que ser realizada uma nova renegociação, que está sendo negociada a partir do argumento de que a população necessita de alimentação barata e que atingirá a cifra dos trilhões.

Em suas considerações finais, Sergio Leite salientou que do ponto de vista da base fundiária existe uma iniciativa de tratamento bastante complicado da questão indígena, que já estava em curso no Governo Dilma. Se está buscando viabilizar um mecanismo de ação que reduziria as áreas demarcadas de Terras Indígenas de 13% do território nacional para 2,6%. Esta é a proposta que está na mesa do Governo Temer no momento atual. Seguindo a mesma direção, observou que, em sua compreensão, se supusermos que cada lote de assentamento tem uma média de 20 hectares, com 750 mil lotes titulados, tem-se um total de 15 milhões de hectares de terras, número que não é nada desprezível. Assim, observou que a proposta de liberalização de terras, vista a partir da atual conjuntura, parece que terá dois tratamentos pelo Governo Temer: 1) desconsideração e recusa do Parecer da AGU de 2010; 2) avançar com o Projeto de Lei 4059/2012, que só deve ser votado em 2017, pois ainda existem controvérsias entre diferentes setores do agronegócio acerca de termos do mesmo, a exemplo da amplitude que deve abarcar. Desta forma, concluiu que entre os temas estratégicos para se pensar o atual contexto, está a excessiva financeirização do mercado de terras, que está atingindo escalas estrondosas, escapando, inclusive, do controle de atores dominantes deste setor no Brasil.

Painel II - Terra, território, agroecologia e segurança alimentar: balanço e desafios dos próximos anos

O segundo Painel do Seminário *Nacional Perspectivas para as Políticas Agrícolas e de Desenvolvimento Rural no Brasil*, teve como foco questões ligadas à terra, território, agroecologia e segurança alimentar. As intervenções versaram sobre diversas temáticas relacionadas às inovações institucionais nas políticas públicas para o desenvolvimento rural nos últimos anos e seus desafios presentes e futuros, como a experiência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no semiárido e as políticas para Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Foram apontados pontos

sensíveis relacionados aos povos e comunidades tradicionais tais como povos indígenas e quilombolas. Refletiu-se ainda sobre a o território como base para o desenvolvimento rural, a agroecologia como mote para o desenvolvimento de novas trajetórias para a agricultura familiar e os limites e possibilidades da reforma agrária no contexto atual.

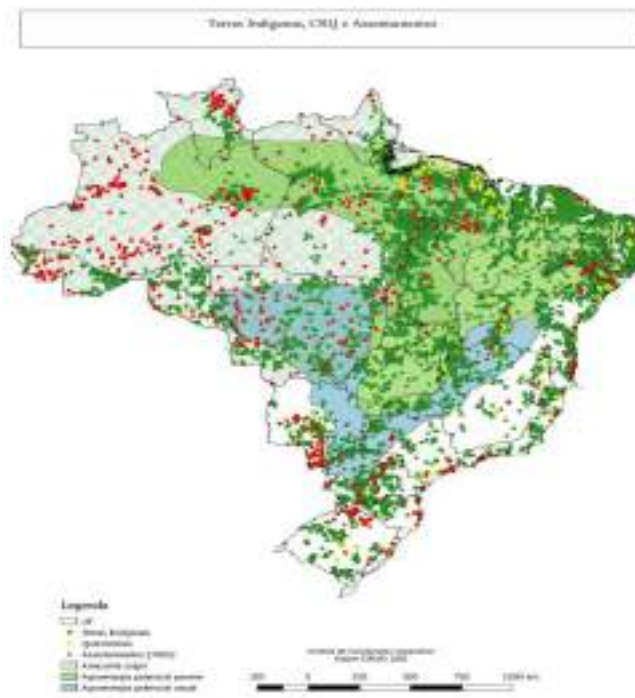
1.8. Povos Indígenas

O professor Andrey Ferreira (CPDA/UFRRJ) inaugurou o debate da tarde com uma exposição acerca da atual situação dos povos indígenas e a intensificação da conflitualidade territorial em relação a estes povos. O professor argumentou que, para entender esta problemática, é preciso levar em consideração as transformações do capitalismo e dos regimes de acumulação contemporâneos. Chamou de imperialismo extrativo ou neoextrativismo, o regime de acumulação e modelo de desenvolvimento que se configurou a partir dos anos 2000 com a ascensão da indústria extrativa, especialmente da indústria de petróleo e gás, colocando-a no centro dos processos de acumulação de capital em escala mundial. Paralelamente, houve a expansão de uma série de mecanismos de produção de energia e commodities, que desencadeou dois processos: por um lado, a intensificação do uso dos recursos naturais (extração de minérios, extração de água, extração de fontes não renováveis de energia); e, por outro, a incorporação da terra como fator de produção, que é o suporte onde estão localizados estes recursos. A proposta de Ferreira foi refletir sobre como este modelo de desenvolvimento acabou atingindo os povos indígenas de maneira viral na América Latina e, especialmente, no Brasil.

Mapa I – Plano Nacional de Agroenergia 2005

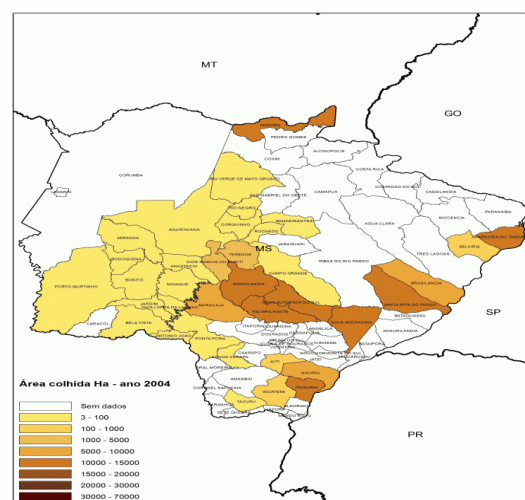


Mapa II - Assentamentos, Terras Indígenas, Remanescentes de Quilombos



Fazendo uma leitura dos dois mapas apresentados, Ferreira demonstrou como os povos indígenas entram nas estratégias de desenvolvimento econômico. No Mapa I, estão projetadas as áreas para o crescimento dos chamados “cultivos para agroenergia”, especialmente soja, cana, girassol e mamona. Segundo Ferreira, nesta representação cartográfica, há uma retomada da noção de “vazio demográfico”, pois estão presentes apenas os limites administrativos e as áreas de expansão deste desenvolvimento econômico. Numa comparação deste com o Mapa II, Ferreira aponta que os focos de expansão das políticas de agroenergia são exatamente áreas de grande concentração tanto de terras indígenas quanto de assentamentos e quilombos.

Mapa III - Expansão da agroindústria no Mato grosso do Sul



Olhando mais especificamente para o caso da agroenergia, Ferreira apontou para o grande processo de expansão territorial da cana, desencadeado em São Paulo e Paraná, chegando ao Mato Grosso do Sul. As áreas mais escuras e amarelas representadas no mapa são as áreas onde houve esta expansão. A partir de 2004, houve uma intensificação generalizada, especialmente na região centro-sul do estado, onde estão concentradas as Terras Indígenas Guarani.

O argumento central alcançado por Ferreira a partir destas visualizações, é que este modelo de desenvolvimento econômico neoextrativista, que no Brasil se interpenetra com o chamado “neodesenvolvimentismo”, acabou gerando uma série de forças de desterritorialização, acompanhadas por políticas de diversas naturezas. Houveram políticas tanto para incorporar a terra e o trabalho indígena nas cadeias mercantis e nas lógicas macroeconômicas, quanto políticas para impedir os processos de demarcação que estavam em curso. Ferreira ofereceu o exemplo da morosidade no processo de demarcação de Terras Indígenas (TIs) no Mato Grosso do Sul. A maior parte dos grupos de trabalho para a demarcação de TIs tiveram início na década de 1980 ou fins da década de 1970, mas muitos grupos só se formaram de fato depois da constituinte, e outros apenas no final desta década evidenciando a demora do processo administrativo. Entretanto, aponta Ferreira, a partir do momento que começam a ser implementados, nos anos 2000, rapidamente, vários destes grupos de trabalho começam a sofrer processos de judicialização para paralisação das atividades. Havia três formas diferentes de judicialização: a que questiona o processo de identificação; a que questiona o resultado do processo de demarcação; e a que questiona o próprio fundamento constitucional de demarcação da Terra Indígena, como a proposta de revisão da constituição por meio da PEC 215. De acordo com o professor, movimentos de aprofundamento destas políticas de desterritorialização ainda estão em curso.

Devido a este processo, segundo Ferreira, fomos obrigados a nos defrontar com dois grandes problemas: por um lado, a expansão do cultivo de commodities e para agroenergia, se deu exatamente nas regiões onde havia grandes concentrações de povos indígenas, populações camponesas e povos e comunidades tradicionais. Por outro lado, se deu em áreas extremamente vulneráveis à fome, áreas críticas do ponto de vista da segurança alimentar. A expansão destes cultivos e desta estratégia econômica acirrou e aprofundou, portanto, o conflito pela terra.

Neste sentido, Ferreira apontou para um ponto que considera fundamental para esta equação: o problema da autonomia alimentar. O professor propôs que, no âmbito das políticas neoextrativistas, houveram três políticas distintas. Em primeiro lugar houveram as já mencionadas políticas empresariais dos ruralistas de desterritorialização. Um segundo viés foi a implementação de políticas de modernização do rural por meio de pacotes tecnológicos, da introdução de sementes transgênicas, de mecanização de áreas indígenas. Ferreira colocou que está implícita neste conjunto de políticas um imaginário colonial extremamente acentuado, segundo o qual se imputa a pobreza e a condição de deficiência e carência alimentar a um subdesenvolvimento tecnológico. Partem da ideia de que, na realidade, o problema não é a falta de terra e demarcação para os povos indígenas, mas a deficiência e o subdesenvolvimento tecnológico destes grupos. Assim, ao invés de oferecer políticas distributivas do território, são oferecidas

políticas de modernização rural. Um terceiro aspecto foi a introdução de políticas sociais como o Bolsa Família. Ferreira revelou que, no Mato Grosso do Sul, houveram experiências anteriores ao governo Lula e Dilma, através do governador do estado. O professor trouxe uma das questões sobre a qual o movimento indígena tem refletido, a saber, o fato de que estas políticas muitas vezes foram revertidas em um mecanismo de dependência, pois estas comunidades continuavam a necessitar do abastecimento alimentar mediado pelo Estado. Outro problema é a qualidade dos alimentos, já que a cesta é formada por produtos industrializados, que se distanciam do padrão de consumo que os indígenas têm como ideal. Estas políticas, apesar de evitar a fome, mantinham ou prolongavam a incapacidade de autoabastecimento. Outro aspecto associado é o controle do processo de distribuição. Recorrentemente, o acesso que deveria ser universalizado é associado a um clientelismo. Por estes motivos, formulou-se uma crítica nas organizações do movimento indígena com relação à necessidade de superar os mecanismos de dependência implícitos nestas políticas sociais.

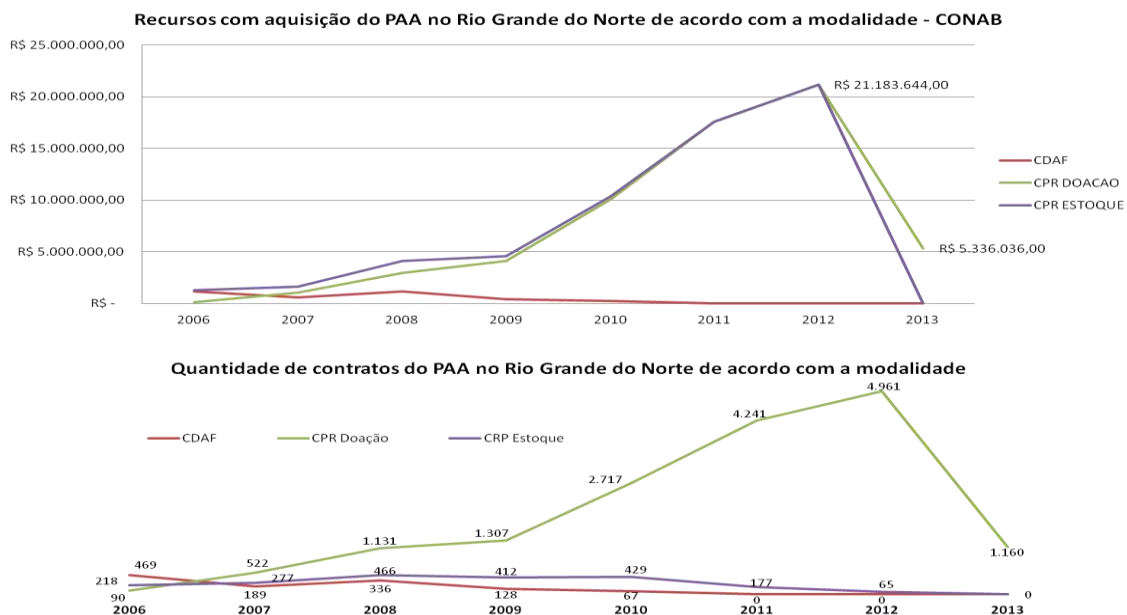
Neste sentido, Ferreira reconheceu como o ponto de reflexão mais instigante trazido pela experiência dos povos indígenas o fato de que, por detrás do problema da segurança alimentar, que é um problema fundamental, há o problema da autonomia alimentar: quem controla os processos de produção e distribuição dos alimentos, e como este controle é determinante para a constituição da própria segurança alimentar. Este é um elemento central do ponto de vista do professor pois, quando há uma mudança de natureza macroeconômica, a insegurança alimentar volta a se colocar como um problema. A partir desta conclusão, Ferreira encerrou sua fala retomando o antagonismo entre a segurança alimentar dos povos indígenas e as políticas neoextrativistas de desenvolvimento econômico, políticas claras de concentração territorial. O professor infere que estas ações foram progressivamente bloqueando as políticas de distribuição territorial que criam melhores condições para o desenvolvimento da autonomia alimentar, enquanto as políticas de segurança alimentar não necessariamente geram estas condições.

1.9. Semiárido

Em seguida, tomou a palavra a professora Cimone Rozendo (UFRN), convidada para compartilhar experiências e questões sobre o semiárido, que iniciou sua fala apontando para o caráter complexo do semiárido, justificando o recorte de sua apresentação no semiárido potiguar. Sua intervenção fundamentou-se em experiência de pesquisa desenvolvida enquanto estudo comparativo nos estados do Rio Grande do Norte e do Rio Grande do Sul sobre o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O objetivo da pesquisa foi analisar o processo de governança do PAA destacando as contribuições, limitações e desafios para a operacionalização do Programa. Esta questão central foi pensada através de três polos: agricultores, Estado e entidades beneficiadas. A região de Apodi, escolhida como estudo de caso no RN, é uma das regiões mais desenvolvidas do Estado, apontou a professora: há um nível alto de organização do capital social, fruto das experiências da igreja católica na década de 1980. Há muitos projetos produtivos relacionados à agroecologia e um protagonismo bastante importante e significativo das mulheres. É uma região que, segundo Rozendo, têm sido uma espécie de laboratório para implementação de políticas públicas. A região de Apodi foi um piloto do PAA e concentrou 80% dos recursos do RN. O intuito da pesquisa foi verificar em que

medida as aprendizagens do PAA têm ampliado as capacidades dos atores envolvidos no Programa.

Para contextualizar, a professora ofereceu alguns dados sobre o estado do RN: 95% do território é semiárido e há uma zona de desertificação na área de Parelhas, portanto, dificultando o cenário para a segurança alimentar. A agricultura familiar representa 82% dos estabelecimentos e é considerada pouco integrada ao mercado pelo IBGE. Outro dado oferecido foi o índice de insegurança alimentar, na ordem de 30%, agravado por uma situação de analfabetismo entre os jovens que também é de 30%. A questão que se coloca é: como pensar uma política como o PAA neste contexto, num quinto ano consecutivo de seca?



Fonte: Elaborado com dados dos Relatórios da CONAB de 2006 a 2013

A partir dos dados presentes nos gráficos, Rozendo demonstrou a prevalência do MDS (em verde) sobre o MDA (em vermelho) nos recursos para o PAA alocados no estado do RN, apontando para a redução progressiva da importância do MDA. Prevalece ainda, segundo a professora, uma visão voltada para políticas de assistência social, mais do que de desenvolvimento territorial, foco de seu grupo de pesquisadores.



O mapa apresenta a localização do Sertão do Apodi, o verde e o amarelo mais escuro, uma das regiões hoje mais afetadas pela seca. Rozendo caracterizou a região a partir da forte presença de população rural e da agricultura familiar (92% frente aos 82% do estado como um todo) e de áreas cultivadas extremamente pequenas, de até 10 hectares. Apontou ainda para a importância dos assentamentos de reforma agrária e a forte articulação com as demais políticas do território, como o Programa Nacional para Agricultura Familiar (PRONAF).

Rozendo expôs, enquanto ponto fundamental identificado pela pesquisa o fato de que, não obstante o papel das políticas territoriais, prevaleceu a importância dos investimentos da previdência social e do Bolsa Família para ampliar o PAA, o que foi um dado inesperado para os pesquisadores. Outro ponto significativo identificado pela professora foi o grau de diversificação da produção, mesmo com a seca e a pobreza, permitida, por um lado, por estas outras políticas e, por outro, pelas políticas para a água, como o Programa 1 Milhão de Cisternas (P1MC). Mesmo com a condição de seca, nos primeiros anos, os agricultores conseguiram dar conta da diversidade e da qualidade produtiva, evidenciando a articulação do PAA com outras políticas. Ressaltou que, entre as várias produções vendidas pelo PAA, o principal produto é a carne bovina. Apontou também para a produção de arroz vermelho, uma produção típica da região que anteriormente era rejeitado, tendo a ajuda da universidade no melhoramento das sementes.

A professora destacou ainda o papel fundamental da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) na mobilização no início do Programa, através de reuniões nas comunidades. Cimone colocou que a região era muito organizada, mas não o suficiente para atender as exigências do PAA. Por exemplo, muitas das associações estavam num grau de informalidade que jamais poderia entrar no Programa. A formalização destas associações e a criação de cooperativas foi, inclusive um dos efeitos benéficos do PAA, que teve grande importância nas mobilizações do poder local.

O Programa também possui um papel na criação de mecanismos de controle social, que não se restringiram somente à sua implementação, tendo sido utilizados em outros focos e outras discussões importantes no território. Houve ainda uma qualificação dos agricultores: no início do Programa, houveram diversos problemas em relação aos projetos de venda, e muitos agricultores fizeram cursos para aprender fazer estes projetos e se tornaram multiplicadores em outras associações e regiões.

A CONAB cumpriu ainda função de mobilização do público beneficiado, nas entidades que foram incorporadas ao PAA para receber os alimentos. Entretanto, observou um caráter passivo das entidades que não compreenderam ainda o papel social que elas têm no controle do Programa. Este é o terceiro ano de paralisação do Programa em Apodi, e as entidades não estavam sequer sabendo da paralisação do mesmo, achavam que era apenas um atraso no repasse do orçamento. Ou seja, quando não recebem o alimento, também não vão atrás para saber o que está acontecendo.

Outro ponto destacado foi a importância que o PAA teve para a autoestima dos agricultores, melhorando tanto a produção, quanto o protagonismo das mulheres. Os agricultores enfrentaram uma série de problemas na venda dos alimentos como, por exemplo, a não aceitação por parte das crianças na escola da carne de bode. Para contornar o problema, contrataram uma merendeira que elaborou uma série de receitas, fizeram uma degustação na escola e passaram a chamar de carne de caprino, as crianças adoraram. Houve também um problema com o mel, pois a CONAB dizia que mel não era alimento. Os agricultores ocuparam a CONAB e mobilizaram as escolas para provar que mel é alimento e é viável. Portanto, este processo gerou uma série de estratégias e aprendizados que não se apagam, apesar da paralisação do Programa. O alimento produzido pelo PAA no Apodi, ia para diversas regiões do estado, inclusive a capital, bastante distante da região. Mas o que circula não são só alimentos: são práticas sociais e ideias que circulam nas redes de relação social que são extremamente importantes, e que não têm sido valorizadas o suficiente. Para finalizar, Cimone Rozendo mostrou uma imagem do Ipê no sertão, lembrando das falas dos agricultores: “Nós agricultores somos como o Ipê, apesar de todas as dificuldades nós estamos aqui em pé. Nós vamos resistir a mais essa seca. Não é só uma estiagem climática, é uma estiagem política, mas nós vamos nos reinventar.”

1.10. Povos e Comunidades Tradicionais

A professora Edna Castro (UFPA) propôs realizar um balanço da questão dos povos e comunidades tradicionais, a partir de suas reflexões sobre o tema já desde 1989, um ano depois da Constituição. Destacou a importância deste início das discussões, no qual houve o processo de construção do conceito de quilombola.

Apontou para o fato de que, naquele momento haviam discussões em torno de outras nomenclaturas, como remanescente de quilombos e de povos africanos, que passaram por um processo de ressemantização.

Castro ressaltou a pluralidade presente hoje no conceito de populações tradicionais, passados quase trinta anos da abertura oferecida pela constituição: inúmeros grupos e categorias foram sendo visibilizadas e foram postulando direitos e definições desde a Constituição de 1988. Chamou atenção para o fato de que este foi processo longo de resistência e de construção política, através de experiências sociais muito diversas. Citou vários grupos que, hoje, são reconhecidos como povos e comunidades tradicionais (PCTs) como quilombolas, ciganos, outros povos de matriz africana, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco de babaçu, comunidades de fundo de pasto, faxinalenses, pescadores artesanais, marisqueiros, ribeirinhos, vargeiros, caiçaras, praieiros, sertanejos, jangadeiros, entre muitos outros. Apontou ainda para um debate em curso para inclusão da pequena produção familiar no conceito de populações tradicionais, conferindo-lhes direitos de prioridade na titulação de terras, reconhecendo a presença contemporânea e contínua do processo político de ressemantização da categoria.

A professora sublinhou que este universo profundamente complexo e variado se localiza por regiões. Como exemplo, colocou que, embora haja a presença quilombolas em todo o território brasileiro, em alguns estados esta presença é maior, devido a fatores como o processo político de organização, ou a história colonial de escravidão. Já outros grupos, como ciganos e faxinalenses, localizam-se em outras regiões. Apesar da distribuição regional e da ampla diversidade, Castro ponderou que a maior parte destas populações está ligada a produção familiar e a processos que tem a ver com a biodiversidade destas regiões, apesar de variarem muito as formas de trabalho.

A partir destas considerações preliminares, a professora deslocou sua fala no sentido de uma análise mais ampla sobre a conjuntura política brasileira, levantando um debate sobre o que chamou de 'fissuras sociais'. Apontou para importância de se pensar para além das categorias econômicas, que podem invisibilizar outras questões. Do ponto de vista de Castro, a situação trágica vivida pelas populações tradicionais, é também fruto do desenvolvimento econômico, mas não somente, destacando o papel das fissuras sociais como, por exemplo, as narrativas sobre a discriminação étnica e racial, que se reconfiguraram nos últimos 20 anos. A professora levantou, assim, as seguintes questões: O que mudou? Porque mudou? Que códigos hoje estão servindo de sustentação para as diferentes percepções da sociedade brasileira sobre ela mesma? Quais os elementos da coesão social brasileira contemporânea, sejam eles verdadeiros ou falsos? O que é afinal de contas a cara do Brasil para além dos símbolos de identidade como o futebol, o carnaval, o país tropical, o samba e a cerveja? O que a sociedade hoje mostra para nós? Castro reiterou que a crise não é apenas econômica e que outros aspectos precisam ser aprofundados, para que possamos entender este momento ao qual chamou de tragédia social. Expressou sua tristeza diante deste cenário, enquanto partícipe da construção social da democracia, mas se questionou se este passado recente havia sido realmente tão exitoso para que o desejo geral seja retornar a ele, e se os anos de luta foram desperdiçados ou se o acúmulo permanece. Castro colocou, por fim, que não tem respostas à estas questões, embora reconheça uma importância central em levantá-las.

Retornando à reflexão sobre as populações tradicionais, Castro apontou para a vulnerabilidade dos setores que possuem uma economia familiar. Reconheceu, ainda, a importância da Constituição de 1988 e das lutas para chegar até ela, possibilitando a emergência de novos sujeitos sociais. Como exemplo, colocou o fim da obrigatoriedade do laudo antropológico e histórico, presente no início do processo de demarcação de terras quilombolas, que passou a ter autoidentificação enquanto critério. Este e outros avanços foram fruto, na visão de Castro, de uma construção política trabalhosa. Outros progressos apontados pela professora se relacionaram à institucionalização e titulação das terras, à institucionalização de novos grupos e à construção de associações e confederações. Constatou, assim, a riqueza do processo político de construção de identidade, discurso e narrativa.

Em seguida, a professora fez uma ressalva em relação ao comportamento dos governos progressistas no tocante aos PCTs. Apontou que estes governos abraçaram a questão democrática, pois vêm de uma história de luta pela democracia, porém isso não se materializou na titulação de terras. Se, por um lado, o PT ajudou na construção da institucionalização (secretarias, política nacional de povos e comunidades tradicionais, comissão de povos e comunidades tradicionais), por outro, muito poucas terras foram tituladas. Notou que o governo de Fernando Henrique Cardoso titulou mais do que o Lula, e que os estados do Pará e do Maranhão titularam mais do que o governo federal progressista em todo o território nacional.

A professora apontou ainda para o mercado de terras e seu aquecimento, sobretudo na Amazônia. Chamou atenção para o conjunto de fatores coordenados que integram o projeto de desenvolvimento: a construção de portos para escoamento das commodities produzidas no cerrado e no sudeste, a financeirização das terras, a desregulamentação do código florestal, do código da mineração, do código das águas. Segundo Castro, a financeirização está ligada a escolhas políticas que foram feitas através da aposta no mercado internacional e na venda de commodities.

Para finalizar, Castro indicou algumas perspectivas para o futuro da questão das populações tradicionais. A professora considerou que terá de ser feito um esforço maior do que o realizado até agora, para manter as principais bandeiras dos PCTs (titular terras, assegurar o território, ter o direito à identidade). Reconheceu que a pressão sofrida por estas populações vem simultaneamente de várias direções, sobretudo em relação à exploração dos recursos naturais. Desta maneira, Castro concluiu considerando que as populações tradicionais precisarão fazer alianças internacionais com povos tradicionais do mundo através de articulações como os fóruns mundiais e as Conferências do Clima.

1.11. Agroecologia

Paulo Petersen (ASPTA), presidente da Associação Brasileira de Agroecologia (ANA), convidado a falar sobre este tema, começou sua intervenção referindo-se à ausência de uma estratégia geral bem elaborada. Apontou para a necessidade de elaborar uma narrativa alternativa para sair da generalidade e situar um debate político capaz de fazer uma coesão nas veias progressistas, apesar da correlação de forças. Levantou como hipótese que boa parte da dificuldade em sair de uma afirmação genérica da agricultura familiar e dos povos e comunidades tradicionais vem do enclausuramento aos referenciais paradigmáticos que se impuseram na

política e na academia no campo do agrário e do agrícola, especialmente o paradigma da modernização que possui uma força insidiosa de orientar o pensamento, a interpretação da realidade e a ação sobre a realidade.

Petersen argumentou que o paradigma da modernização coordena de forma bem articulada e coesa três paradigmas: o primeiro é um paradigma econômico, fundado na teoria neoclássica, de acordo com o qual não há economia fora do mercado; o segundo é um paradigma das ciências agrárias que enfoca a natureza como fonte interminável de recursos ou como base física onde se realiza a atividade produtiva; e o terceiro é um paradigma sociológico, que encara os atores como seres passivos, que irão inevitavelmente se alinhar à lógicas de comportamento social e econômico (como o *homo economicus* do pensamento neoliberal). Segundo Petersen, da articulação destas três lógicas de pensar a política e a ação, deriva a concepção de que existem apenas determinadas trajetórias consideradas como legítimas e possíveis, como se houvessem leis péticas do funcionamento da sociedade e da natureza, e isso influencia os desenhos tanto das políticas públicas quanto das lutas sociais. A partir destas considerações, apontou para a necessidade de uma saída da afirmação genérica da agricultura familiar, acompanhada por uma crítica ao paradigma da modernização.

Para Petersen, pensar a agricultura familiar como um agente alinhado ao paradigma da modernização, significa pensá-la a partir da reprodução da lógica econômica baseada na economia de escala, no aumento da produtividade do trabalho, e isto gera uma desvalorização daquilo que é o potencial da agricultura familiar: o trabalho não mercantilizado. Um trabalho não apenas mecânico, mas também intelectual e extremamente qualificado que permite que se estabeleça um metabolismo com a natureza. Advertiu que o paradigma da modernização valoriza a produtividade do trabalho e não a produtividade dos bens ecológicos e da terra. Portanto, chamou de ilusória a ideia de que a agricultura familiar se viabilizaria pela economia de escala, pois transfere para este segmento as agendas ruralistas, na medida em que reproduz as crises que fazem com que o agronegócio recorrentemente peça para o Estado o perdão de dívidas. A utilização desta lógica econômica vai empurrando a agricultura familiar cada vez mais para a dependência estrutural do mercado e do capital financeiro. Do seu ponto de vista, o problema é que esta trajetória é a única possível e visível, e qualquer outro tipo de trajetória, não só não existe, como não é desejável e não deveria ser promovida.

Em contraposição, quando se fala em agroecologia, a necessidade de pensar outro tipo de possibilidade de desenvolvimento, a partir da intensificação e não do aumento de escala, se impõe. Petersen propõe pensar o desenvolvimento a partir da valorização do capital ecológico e de inovações que fortaleçam a interação entre o ser humano e a natureza. Neste sentido, defendeu uma trajetória camponesa para o desenvolvimento, baseada em uma lógica de apropriação dos bens naturais para converter em bens econômicos, produzindo e retendo valor agregado, e deixando de transferir a riqueza para outros agentes da cadeia econômica. Petersen reconheceu que a maior parte das políticas públicas, como o PRONAF, induziu à transferência da riqueza para outros setores da economia, como a indústria e o setor financeiro. Grande parte do Programa foi alocado nas commodities, que têm seus preços altamente voláteis e, na medida em que vai se espremendo esta tesoura de preço, a resposta possível é aumentar a escala. Outro exemplo neste sentido foi, para Petersen, o Programa Mais Alimentos, desenhado para o aumento de escala de uma parcela da agricultura familiar com equipamentos, máquinas e crédito

subsidiado. Desta maneira, boa parte das chamadas forças progressistas e movimentos sociais continuaram defendendo o aprofundamento desta trajetória. Reiterou, assim, a necessidade de elaborar melhor uma narrativa de contraposição, apontando a multifuncionalidade da agricultura familiar como uma chave fundamental neste sentido. Petersen, colocando-se neste momento enquanto representante da ANA, apontou como questão central: como fazer com que esse tipo de trajetória seja reconhecido e legitimada politicamente para que se traduza em instrumentos?

Petersen reconheceu que as inovações no campo institucional, muitas delas coerentes com este tipo de trajetória, alcançadas nos últimos 15 anos, foram construídas como pequenos nichos dentro de um ambiente extremamente hostil, que apontava para outro caminho. O PAA é o exemplo de inovação coerente fornecido pelo palestrante, já que tinha como objetivo construir novos circuitos mercantis, baseados no conceito de território, pensando a partir de uma lógica camponesa de apropriação dos recursos e de valorização do trabalho. Estas experiências, deixaram legados, sobretudo no tocante à organização de dispositivos de ação coletiva e mobilização das capacidades coletivas. Entretanto, sinalizou que o ambiente hostil das políticas públicas e a forma como os territórios são organizados, vai empurrando a agricultura familiar para as cadeias de commodities: na medida em que os mercados locais vão sendo destruídos, não resta opção a não ser se alinhar a esta lógica ou sair da atividade agrícola. Para Petersen, trata-se de pensar a partir de uma perspectiva agroecológica do desenvolvimento da agricultura familiar e, neste sentido, a terra entra como um ativo central, preceito que encontrou dificuldade de compreensão por parte dos gestores. Petersen colocou que esta dificuldade está ligada aos problemas de narrativa: encontram-se diversas barreiras para comunicar o que se entende por uma trajetória diferente e possível devido a mistificações segundo as quais, sem a transferência de tecnologias modernas estas populações estão fadadas à pobreza. Isso nega a capacidade de inovação e desenvolvimento tecnologias e sabedorias locais da agricultura. Petersen apontou ainda para a importância da formação de mercados autônomos para abrir possibilidades de controle do processo de produção e circulação das mercadorias e retenção do valor agregado dos territórios.

Por fim, o presidente da ANA reconheceu que a Política de Agroecologia foi fruto de anos de pressão de diferentes movimentos, apontando, particularmente, para o papel essencial da Marcha das Margaridas, que entregou o Plano para a Presidenta Dilma que repassou ao MMA. Concluiu retomando o elemento central de sua fala: o fato de que a compreensão do que está sendo dito ainda é muito limitado tanto no plano da sociedade civil quanto do Estado, assim demonstrando ser fundamental uma reflexão sobre o paradigma que torne possível afirmar outras trajetórias de desenvolvimento da agricultura familiar, para que ela expresse sua multifuncionalidade.

1.12. Reforma Agrária

Em seguida realizou-se a intervenção de Paulo Alentejano (UERJ), professor e estudioso da temática da reforma agrária, que se estruturou em torno de quatro pontos centrais. O primeiro foi um reconhecimento de que reforma agrária já tinha sido abandonada enquanto reforma estrutural durante os governos do PT. Para Alentejano, o PT apostou no agronegócio enquanto carro chefe das exportações

brasileiras, o que se explicita nos poucos números sobre assentamentos rurais e desapropriação de terras. Portanto, o que estaria em andamento agora, em relação à privatização da reforma agrária, seria meramente uma 'pá de cal' naquilo que já havia sido enterrado. Alentejano traz algumas estatísticas para demonstrar seu argumento: enquanto no governo FHC foram criados 538 mil assentamentos, no governo Lula foram 458 mil e no governo Dilma foram 128 mil. O mesmo se revela nos números de desapropriação de terras já que, no total, o governo Dilma desapropriou menos que o governo Sarney. Isto se deu devido a uma política que valorizou o agronegócio em detrimento da reforma agrária como política estrutural para o desenvolvimento do campo brasileiro. O governo Temer, nesta perspectiva, apenas reforçou esse processo, corroborando a ideia de que a reforma agrária não merece qualquer espaço na política governamental. Para tanto, este governo está levando a cabo processos de titulação de terras que têm como intuito entregar as terras que estão ainda sob controle público, através de assentamentos rurais, para o mercado. Citou o texto vazado de Medida Provisória sobre a reforma agrária que vazou, que falava em 750 mil lotes titulados até 2018 que não deverá, entretanto ser cumprido em sua totalidade.

O segundo ponto apresentado por Alentejano refere-se à necessidade de uma reflexão sobre a luta pela terra. Novamente utilizando números como base, o professor inferiu que houve um deslocamento nas lutas: se durante o governo FHC e o primeiro governo Lula, aproximadamente 75% dos conflitos eram resultantes de ocupações de terra, evidenciando uma ofensiva do movimento social organizado ocupando terras para pressionar os governos pela desapropriação de terras e realização de assentamentos rurais encontrando alguma resposta do estado; no segundo governo Lula e no governo Dilma, a maior parte dos conflitos de terra passou a ser resultante de conflitos envolvendo a expulsão de indígenas, quilombolas e outras populações tradicionais de suas terras. Para Alentejano, esta mudança expressa dois aspectos: primeiro, um refluxo da capacidade dos movimentos sociais de continuar pautando a luta pela terra; segundo, o processo de expansão do agronegócio e das mineradoras, em suma, do capital, que vai tomando terras e expulsando trabalhadores, comunidades indígenas, etc, em uma escala cada vez mais ampliada. Em sua avaliação, vários elementos contribuem para este refluxo na mobilização de movimentos como o MST, entre outros, que protagonizaram a questão da terra nos anos 1990 e 2000. Dentre estes elementos, o professor destacou o papel das políticas sociais, como o bolsa família, a morosidade na efetivação dos assentamentos rurais e o fato de que muita energia dos movimentos foi sugada para a administração de políticas públicas. Nesta perspectiva, a participação social tem um elemento contraditório, pois tem efeitos sobre a capacidade de ação política dos movimentos sociais.

O terceiro ponto apontado pelo professor foi a importância da luta pela terra que, longe de ser algo secundário no modelo de desenvolvimento brasileiro, é um fator central. Para dar um exemplo, entre outros oferecidos pelos palestrantes, chamou à atenção para o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), que responde a menos de 1% imposto recolhido no Brasil. Em média, se paga R\$ 2,20 por ano de ITR no Brasil, enquanto o preço médio da terra no Brasil está em R\$20.000,00 por hectare, revelando uma desproporção brutal, que reforça o movimento de internacionalização e concentração da terra. A centralidade da questão da terra está também revelada na pauta que a Frente Parlamentar Agropecuária encaminhou para o governo Temer, e que está sendo efetivamente

cumprida passo a passo: transferência para o congresso nacional a demarcação de terras indígenas (PEC 215); garantia aos proprietários de terra que estas sejam reconhecidas como tradicionalmente ocupadas; liberação da compra de terra pelo capital estrangeiro; revisão da legislação de defensivos agropecuários, através de uma nova política nacional para defensivos; adaptação da legislação trabalhista rural à nova realidade da agricultura brasileira, avançando sobre a desconstrução dos direitos trabalhistas no campo. Através destes argumentos Alentejano reafirma a forte centralidade da terra no contexto brasileiro. Denotou ainda um texto escrito por assessores do núcleo de inteligência da EMBRAPA, onde se argumentava que as Terras Indígenas, Áreas de Conservação, Assentamentos Rurais e Terras Quilombolas representam um terço do território brasileiro, terras demais para serem administradas pelo Estado. A revisão desta organização significa, para Alentejano: mudar o código florestal para que não se tenha tantas terras definidas a partir da lógica da conservação; alterar a lógica referente às terras indígenas e quilombolas para que não existam mais, ou existam numa proporção cada vez menor; e o fim da reforma agrária, titulando e entregando todas as terras para o mercado, na perspectiva da transformação destas terras em ativos financeiros.

Diante deste cenário duro, onde a reforma agrária já tinha sido abandonada como política estrutural pelo PT e agora o governo golpista lança uma pá de Cal nos assentamentos rurais; onde os movimentos de fato se enfraqueceram em sua capacidade de luta e de pautar a reforma agrária no país; e onde existe uma centralidade da luta pela terra na agenda política nacional e a terra cada vez mais ganha importância econômica; Alentejano apontou para relevância de se recolocar o debate sobre a reforma agrária como central, ampliando sua perspectiva para dimensões mais amplas, como a dimensão fundiária, a dimensão ambiental e a dimensão social. Por fim, defendeu as Terras Indígenas, Terras Quilombolas, Assentamentos de Reforma Agrária e Áreas de Conservação Ambiental como parte de um conjunto de terras que devem continuar a ser públicas, e que devem ser ampliadas e não reduzidas, para que se possa ter um modelo de desenvolvimento no campo e na cidade com maior distribuição de renda e riquezas e que contribua para a produção de alimentos mais baratos e mais saudáveis.

1.13. *Segurança Alimentar e Nutricional*

As reflexões apresentadas pelo professor Renato Maluf (CPDA/UFRRJ) refletiram, em suas palavras, o seu engajamento enquanto ator social no campo da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). A intervenção orientou-se por dois conjuntos de questões: um sobre pacto institucional e outro sobre planos e programas, na linha da abertura de perspectivas. O objetivo foi tratar da construção social de referências para políticas públicas. O marco institucional da SAN no Brasil se expressa no Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que tem dois grandes pilares: O primeiro pilar é formado pelos CONSEAs (Conselho Segurança Alimentar e Nutricional), é o pilar da participação social, que agrega o CONSEA nacional, os CONSEAs dos 27 estados e algumas centenas de CONSEAs em municípios; O segundo pilar, da interlocução governamental, é conformado pelas câmaras interministeriais de Segurança Alimentar e, no nível estadual, as secretarias e os órgãos que ligam as secretarias. Em sua fala, o professor procurou alinhar o que está acontecendo em cada um destes pilares.

Maluf argumentou que o CONSEA nacional tem uma peculiaridade em relação aos demais, por ser presidido pela sociedade civil, que ocupa dois terços do Conselho, e ser ligado à presidência da república, tornando esta experiência mais interessante e complexa. Maluf identificou que o CONSEA nacional vive hoje um paradoxo aparente: o Conselho foi mantido, a proposta e o orçamento foram mantidos, portanto, parece que o governo vai continuar pagando um ambiente crítico a ele próprio. O professor colocou que o CONSEA tem um papel de articulação importante, pois possui visibilidade e capacidade de incidência, por ser intersetorial, corporativo e de composição muito diversa. E é esta capacidade de incidência que está em questão, segundo Maluf: sua capacidade de continuar articulando setores e ter algum tipo de voz, mesmo sendo consultivo. Maluf falou também sobre os CONSEAS estaduais, destacando a diversidade de situações: enquanto alguns sequer são reconhecidos pelos governos, outros têm um papel importante. Apontou que estes espaços podem ser uma realidade onde a resistência possa ser construída. Relembrou a estratégia utilizada nos anos 1990, quando não se tinha diálogo com governo federal e os governos estaduais, alguns deles do PT, eram portas para criação conselhos e acolamento de propostas.

Passando para o segundo pilar relacionado ao primeiro conjunto de questões, Maluf reconheceu avanços na consolidação da câmara interministerial, que reúne os vinte ministérios do CONSEA para tratar de questões de governo. A câmara está no MDS mas se escora muito na característica supraministerial do CONSEA. Apontou para o clima de incerteza entre os articuladores do governo com que sempre dialogou e para a escolha por seguir o trabalho tomada pela maior parte deles. De qualquer forma, Maluf identificou que houve um enfraquecimento da capacidade de articulação da câmara interministerial para convocar os ministérios e que muitas das pessoas que conformavam a rede da SAN, no PNAE, na CONAB, no MDA, no MMA, no MDS não estão mais lá.

Em seguida, Maluf introduziu o segundo ponto, relativo aos planos e programas. Apontou que um segundo plano de SAN foi aprovado, articulando ações de vários programas dos mais diferentes ministérios e que há muita incerteza em relação à implementação deste plano. Para Maluf, a questão central para a SAN hoje é que o acesso aos alimentos está comprometido, pelo desemprego, pela redução no comprometimento com a política de recuperação do salário mínimo e pelo que já está sendo feito com o bolsa família. Renda e emprego são centrais para a SAN e Maluf colocou que as medidas adotadas por este governo vão no sentido de aprofundar a recessão e comprometer ganhos sociais, o que torna difícil acreditar que o Plano de Segurança Alimentar virá articular ações na direção inversa da política de governo. Na sequência, Maluf comentou a situação de programas específicos: o PAA estava comprometido antes do golpe; o PNAE não tem notícias de retrocesso, estão preservados o volume e as contas, pelo menos até agora, mas a questão da merenda provavelmente vai ganhar mais peso do que já tem; o P1MC, relacionado à água no semiárido, se encontrava em retrocesso já no governo Dilma. Quanto aos modelos de desenvolvimento, Maluf apontou que o lugar da grande produção para exportação é um dos elementos de continuidade em toda trajetória brasileira, e talvez seja o fator mais sólido da nossa formação econômica e social. Sobre a questão do território, Maluf interpelou a fala de Andrey, salientando que, nos espaços da SAN, há uma clara compreensão de que a segurança alimentar para os indígenas significa terra. Está é a compreensão construída neste campo social,

desta maneira, se o CONSEA tiver a possibilidade de funcionar bem estes dois temas certamente estarão presentes.

Para finalizar, Maluf fez uma observação do ponto de vista internacional sobre o Brasil, enquanto importante ator no campo agroalimentar mundial. Entretanto, esta presença possui diversas facetas: o Brasil que vai para fora é o Brasil do Bolsa Família, do PAA, do PNAE exportando estas políticas, mas é também o Brasil do Agronegócio. Maluf chamou a atenção para o fato de que a principal referência do agronegócio e da sua legitimação é a Segurança Alimentar, que continua a se apresentar como promotor da segurança alimentar no mundo. Maluf reconheceu a dificuldade deste debate, pois as perspectivas críticas ao agronegócio muitas vezes são rebatidas em contextos internacionais com preocupações sobre a importância das importações que vêm do Brasil para a alimentação da população. Por este motivo, Maluf reafirma o alimento como referência para um pacto, desde que se dê atenção ao complicador de que o agronegócio se apresenta como fornecedor de alimentos. Em sua visão, a crítica mais eficaz ao modelo do agronegócio, vem pela saúde, através do reconhecimento dos danos de se comer veneno. Maluf não nega a possibilidade de um pacto, mas reitera que é preciso reconhecer que um dos grandes feitos do grande sistema alimentar foi tornar barata a má alimentação, sendo difícil competir com isso, já que a alimentação diferenciada, os circuitos locais e os produtos típicos têm custos altos. Maluf concluiu dizendo que a agricultura familiar precisa de alianças com setores urbanos para sua legitimação e que, para tanto, políticas públicas têm que se orientar neste sentido, porque isto está longe de ser óbvio.

1.14. Roda de conversa

O debate teve início com a intervenção de Caio França, palestrante do painel da manhã, integrante do extinto MDA. No esforço de compor uma avaliação, propôs três pontos: o primeiro foi a necessidade de identificar as mudanças nas políticas para as mulheres rurais, área construída em muita sintonia com os movimentos de mulheres, numa articulação profunda com a agroecologia e a SAN. Neste sentido, apontou para o rebaixamento para o status de diretoria para uma coordenação como ilustrativo. O segundo foi uma informação acerca da votação de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN), que pode derrubar o decreto que permite a desapropriação de áreas para o reconhecimento dos territórios quilombolas, configurando mais uma ameaça aos PCTs. A terceira observação foi relativa ao semiárido, reconhecendo que valorizou-se a avaliação de 2011, quando o governo deixou de trabalhar exclusivamente com a Associação do Semiárido (ASA) no P1MC e passou a implementar diretamente. França apontou que, no período seguinte, houve uma ampliação expressiva deste programa e do Brasil sem Miséria que foram bastante efetivas.

Em seguida, a professora Vanilde Esquerdo (UNICAMP), fez uma reflexão sobre a questão da Assistência Técnica Rural (ATER) hoje. Colocou que o (des)governo de Temer tem focado muito na ATER, o que não necessariamente será algo bom. O debate para a criação da agência nacional de ATER, neste contexto focou na perspectiva de inclusão de médios produtores, mas a questão da agroecologia sequer é citada na criação da ANATER. A partir de 2017, as chamadas públicas de ATER não vão mais ser realizadas pelas secretarias, mas pela ANATER, que foi concebida com este viés, o que pode comprometer, na visão da

professora, perspectivas mais voltadas para os saberes tradicionais e para a produção de alimentos saudáveis.

A professora Debora Leher (CPDA), que tomou a palavra posteriormente, apontou para as dificuldades encontradas pelo agronegócio no período Fernando Henrique Cardoso, por causa do ambiente político. De acordo com a professora, o agronegócio esteve numa situação de fragilidade política, pois tinham que conquistar a opinião pública. Neste momento, a própria Revista Veja publicou que 90% dos brasileiros era a favor da luta do MST pela reforma agrária e 80% apoiava a ocupação de terras, desde que sem violência. Já em 2008, quando Leher interpelou um superintendente técnico da CNA sobre a reforma agrária teve a resposta que os gargalos do agronegócio eram as UCs TI se TQs, e a reforma agrária já não era um problema. Por fim, Débora concordou com Alentejano, e acrescentou que a temática agrária é importante politicamente, já que a sociedade brasileira se tornou mais conservadora justamente porque houve a expansão do agronegócio favorecida pelas políticas de governo.

Já Guilherme Delgado (IPEA), identificou três breves questões: reiterou o papel de articulação do CONSEA, apontando para o risco de que, sem programa e ação pública, o conselho fique ocioso; apontou para a perda de um campo central de atuação com o fim do PAA; e identificou dois elementos sobre a questão da terra, um relativo à soberania nacional, sobretudo quando as áreas de fronteira são liberadas para internacionalização, e outro relativo à disputa por água – inter-regional e rural urbana – sobre a qual o agronegócio incide diretamente.

Cazuza (ONG PESACRE), militante da SAN, atuante nos CONSEAs estadual e federal, colocou a necessidade desta temática aterrizar no nível dos municípios e dos territórios, mesmo que haja uma discussão mais aprofundada a nível federal. Em sua avaliação, há uma pulverização das organizações sociais que faz com que alguns temas mais complexos não encontrem unidade como, por exemplo, discussões sobre Pagamento por Serviços Ambientais, crédito de carbono e pecuária. Indicou a necessidade de tratar destes diversos temas de uma forma mais madura e desarmada para pensar alternativas.

Nívea (MST) reconheceu o objetivo de criar tarefas comuns (academia, organizações e movimentos sociais). Uma destas tarefas seria, segundo Nívea, a disputa da formação da consciência política. A seu ver, há tanto a disputa física pela terra, quanto uma disputa ideológica do controle hegemônico sobre os territórios. Refletindo sobre a organização Nívea colocou questões sobre os sujeitos contemporâneos da reforma agrária, a partir da compreensão de que há um esgotamento da possibilidade da reforma agrária, colocando em cheque inclusive as formas de organização de movimentos sociais e das articulações políticas de esquerda que se constituíram a partir de 2002. Apontou para a relevância de entender que tipo de reinvenção e recriação estas organizações precisam passar, ou que tipo de mudanças nas suas formas de ação precisam ocorrer. Por fim, indicou dois breves pontos: um sobre a necessidade de atenção aos instrumentos jurídicos, e apontou a MP da reforma agrária como elemento latente de fragilização das organizações e dos movimentos sociais do campo; e outro sobre a importância da reinvenção da totalidade da articulação de um campo de esquerda, da construção de um novo projeto de esquerda. Neste sentido, a academia também teria uma tarefa importante, na constituição de uma rede de pesquisadores comprometidos com a sociedade e a natureza.

Deco (FIOCRUZ), integrante do grupo temático de saúde e ambiente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), articulado à via campesina, à ANA e à ABA e fortemente engajado na campanha contra os agrotóxicos e na denúncia do agronegócio, identificou o perigo representado pelo novo Ministro da saúde. Segundo Deco, o Ministro está trabalhando com uma organização que se chama “coalizão saúde” que articula um conjunto de empresários do campo da saúde, envolvendo a indústria farmacêutica – que é a mesma indústria dos agrotóxicos – e as empresas de planos privados de saúde. Apontou que uma característica estrutural do agronegócio é a violência, e no campo dos agrotóxicos e dos transgênicos isso se manifesta de várias formas. Identificou também que o agronegócio está avançando muito na destruição das poucas evidências disponíveis para demonstrar os impactos dos agrotóxicos e que diversas leis perniciosas neste sentido encontram ambiente favorável para que sejam aprovadas. Apresentou a importância de uma atuação mais articulada dentro do campo acadêmico e junto aos movimentos sociais para luta contra os agrotóxicos, ampliando as denúncias internacionais e as conexões do campo da saúde com o campo das agrárias.

Julian Perez Cassarino (UFFS), que fez sua intervenção em seguida, destacou a questão dos mercados institucionais, tomando como exemplo o PNAE. Reiterou a observação de Maluf acerca da não alteração no programa em sua base, mas apontou para uma tendência de aprofundamento de uma ‘vista grossa’ em relação a obrigatoriedade dos 30% acabando, na prática, com esta obrigatoriedade. Apontou com pesar para o fim da modalidade doação simultânea do PAA, que atuava como um ‘colchão’ para outras modalidades. Julian chamou atenção para o fato de que foi aprovado decreto que obriga todos os órgãos federais que adquirem alimentos a comprar também no mínimo 30% da agricultura familiar, sugerindo a exigência do cumprimento desse decreto, minimamente, nas universidades brasileiras. Por fim, ressaltou o aspecto da judicialização, citando o caso de diversos agricultores que foram presos na região do Paraná pelo Juiz Sergio Moro, posteriormente inocentados, depois de já terem sofrido danos físicos e morais.

Renan Oliveira (mestrado CPDA/UFRRJ) e militante da agricultura urbana, se referenciou à questão da agricultura na metrópole. Colocou o problema na distribuição de políticas a nível municipal que, muitas vezes, ou não são aplicadas ou são direcionadas para grupos específicos. Correlacionou este aspecto à flexibilidade no uso das leis pelos diferentes níveis e órgãos do Estado, que se dá de acordo com as relações de poder internas. Outro ponto ressaltado por Renan, a partir de sua participação no fórum do agronegócio do estado do RJ, foi a forte presença da FIRJAN no jogo de poder sobre a alimentação. A instituição possui incidência também sobre a questão das águas, pois está mobilizando recursos para fornecer selos de garantia para 23 fontes de água no estado do RJ. Por fim, Renan apontou a questão da perda de energia dos agricultores na participação em conselhos de parques, comitês de bacias, entre outras instâncias participativas. Isso fragiliza os movimentos, sobretudo em sua relação com a base. Sugeriu uma reflexão mais aprofundada sobre as relações estabelecidas entre pesquisadores e o Estado, já que a maior parte das pesquisas é relacionada ao Estado, mas também as estabelecidas com os movimentos sociais.

Fechando o debate, Hugo Belarmino (UFPB e aluno do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da UFF) refletiu sobre aspectos jurídicos e legislativos da questão agrária. Inferiu que estamos passando por uma violência legislativa, tamanha a quantidade de projetos de lei que estavam engavetados que

são encaminhados todos ao mesmo tempo. Além dos vários exemplos citados no debate, Belarmino colocou outros, como a flexibilização do Licenciamento ambiental e a regulamentação da mineração em terras indígenas. Além disso, explicitou a ampliação do controle judicial das políticas públicas através do TCU, que assume uma configuração absurda, prendendo pessoas alegando má execução e má-fé induzindo a uma lógica de criminalização. Nesta perspectiva, o professor colocou a necessidade em retomar a pauta da democratização do sistema de justiça. Por fim, Belarmino interpela a fala de Nívea do MST questionando: Se os conflitos agrários aumentaram e, portanto, a questão agrária continua central, como fica o debate sobre o protagonismo dos movimentos ou quais movimentos poderiam protagonizar esta luta? Será que não precisamos buscar, no processo de autonomia e resistência, uma ampliação da solidariedade para enfrentar a questão agrária?

Ao fim das intervenções da plateia, os palestrantes da mesa retomaram a palavra para tecer suas considerações finais. Ferreira foi o primeiro a intervir, enfatizando as questões gerais do debate que podem ajudar a entender este momento histórico. Elencou um conjunto de cinco problemas. O primeiro seria o problema da alienação, não por estranhamento, mas por identificação: a identificação com a estrutura do estado levou a uma quase anulação da capacidade de ação e do papel histórico de transformação dos movimentos sociais. O segundo foi que o grande problema da aliança operário-camponesa (e indígena) é que o campo foi um grande espaço de sacrifício das políticas neodesenvolvimentistas do PT. Para Ferreira, isso não foi ocasional, optou-se pelo desenvolvimentismo enquanto escolha estratégica, incluindo a industrialização da agricultura, inclusive a pequena agricultura, por meio das políticas de modernização rural. A agroecologia, por exemplo, acaba sendo sacrificada pois havia um grande projeto de concentração do capital e da terra. Um terceiro ponto colocado por Ferreira foi relativo à mencionada questão da autonomia, fazendo uma diferença entre a propriedade e a gestão da terra. Para o professor, existem terras que são públicas, cuja gestão é privada e isso não resolve o problema, pois nenhum dos modelos de gestão privada ou técnico-burocrática tem a predisposição de ser indutor dos interesses dos povos indígenas, entre outros povos e comunidades tradicionais. Este argumento o levou ao próximo ponto: a preponderância de uma narrativa cunhada ao longo de uma larga experiência histórica que fez uma espécie de sincretismo entre elementos do liberalismo radical latino-americano com as narrativas do partido comunista. Nesta narrativa, três componentes eram fundamentais: a ideia de revolução democrática burguesa, a ideologia produtivista e a fetichização da democracia. Esta narrativa está em completo descompasso com as transformações do capitalismo no século XXI, especialmente, com a emergência de uma nova classe trabalhadora e que, neste sentido, dois elementos são fundamentais: a reorganização do capital estrangeiro e a reestruturação da classe trabalhadora. O último problema colocado por Ferreira é a incapacidade de todos os setores de reconhecer essa realidade justamente por partir da ideia de revolução democrática burguesa e de uma concepção linear e produtivista da história. Conclui, assim, que para entender o mundo contemporâneo, vai ser preciso romper com paradigmas consolidados.

Paulo Alentejano retomou seu argumento acerca da necessidade profunda de repensar as práticas dos movimentos sociais, suas relações com o Estado e com a base social que pode ser mobilizada. O professor considera evidente que as formas de atuação do movimento nestes últimos tempos precisam ser repensadas e revistas: há de fato uma reconfiguração profunda da classe trabalhadora, sobretudo

no que diz respeito à mobilidade entre campo e cidade e não adianta ficar imaginando uma base que não existe. Concordou com os aportes relativos à reestruturação da dinâmica da criminalização da luta social. Apontou que, a partir do TCU, 520 mil famílias assentadas foram bloqueadas de acesso a qualquer política nos últimos meses, tendo que se apresentar ao INCRA para ter seu CPF desbloqueado. Alentejano respondeu também à Nívea acerca da divisão provocada pelo assunto da titulação das terras. Em sua opinião este é o objetivo da medida: além de colocar as terras no mercado, enfraquecer ainda mais a capacidade de luta dos movimentos. Por fim, Alentejano apontou que a saída é os movimentos dialogarem e pensarem quais são os pontos de coordenação das lutas e a Academia tem a contribuir para esta reflexão, explorando as contradições do outro lado.

Edna Castro utilizou sua fala para ampliar a discussão apontada por Delgado sobre a água, olhando especificamente para a região amazônica e os novos processos de colonização em curso. Colocou os problemas trazidos pela expansão do agronegócio e do uso de agrotóxicos, pela mineração que polui a água com metais pesados, mas também pelas hidrelétricas. Revelou que, na Amazônia, há projetos de integração através dos transportes no qual os rios passaram a ser uma parte importante deste sistema modal e que quase todos os grandes rios da Amazônia têm um grande porto internacional voltado para empresas estrangeiras. Castro fez ainda uma associação deste processo com o avanço da fronteira do capital em várias direções, retomando a necessidade de ampliar os estudos sobre mineração. Castro reconhece estes elementos como parte de um pacote pode ser visto a partir do processo colonial, por ser autoritário e não consultar a população, menos ainda as populações tradicionais.

Paulo Petersen atentou para a importância de incorporar o elemento natureza nas equações. Argumentou que a crise que o capitalismo vive hoje não é usual e não pode ser resolvida pelas mesmas receitas que resolveram as crises do passado, pois chegou-se aos limites das fronteiras de apropriação dos recursos naturais e da poluição. Para Petersen, trata-se de repensar as formas de organização do trabalho, mas a natureza não pode continuar como variável externa. Apontou que a disputa política vivenciada hoje está totalmente vinculada à questão agrária, à forma de ocupação das paisagens, reconhecendo a centralidade do agronegócio, que afeta campos diversos como o da alimentação, o da água, o da saúde, o do emprego, etc. Assim, o Presidente da ANA colocou que, ao invés de tentar achar apenas uma bandeira, talvez seja melhor reunir as evidências que temos nos diferentes campos e reconhecer como estas questões estão interconectadas como parte de um mesmo problema. Uma única questão pode ser mobilizadora para uns e não para outros. Petersen procurou traduzir esta ideia a partir de uma experiência prática realizada pela ANA, chamada de 'Diálogos e Convergências', que têm sido exitosa em articular agroecologia, economia solidária e saúde coletiva, reunindo diversas entidades que procuram ou possuem evidências de anúncios e de denúncias. Petersen advertiu que não se trata apenas de denunciar, mas também de mostrar proposições, e assinalou a importância de estarem baseados em territórios concretos, onde o povo está lutando e tentando construir trajetórias diferentes. Ao mesmo tempo, estas trajetórias vão sendo bloqueadas por aquilo que se pretende denunciar. Petersen finalizou afirmando que existe uma série de conexões possíveis e que, para tal, é preciso exercitar uma outra forma de construir conhecimento dentro dos movimentos sociais, e uma outra forma de se comunicar com a

sociedade. Neste sentido, colocou o papel da mídia estimulando a ocupação do território da mídia corporativa e a criação de novos territórios de mídia.

Já Cimone Rozendo ressaltou a impossibilidade de pensar estratégias de SAN de maneira descolada da questão da terra e da água. Sublinhou ainda o fato de que os processos de desterritorialização contemporâneos são difíceis de perceber, porque as suas formas são cada vez mais sutis. Como exemplo, Rozendo colocou que, na região onde está sendo desenvolvido o PAA, está sendo instalado um perímetro irrigado, gerando deslocamentos de assentados, num local onde a seca causa uma série de estragos. Outro elemento abordado pela professora foi ressaltar que os ataques ao PAA, mostra também o êxito do programa, colocando a questão: Se o PAA não tivesse tanta potencialidade, porque ele seria tão atacado? Rozendo tocou ainda no ponto citado por outros palestrantes sobre a judicialização. Colocou que, no caso do Apodi no RN, agricultores foram presos e algemados, obrigados a se desfazer de toda a produção de polpas de frutas, através de um processo simbolicamente muito feroz. Contou, inclusive que ocorreram seis auditorias da CGU na CONAB, que não teve forças para fazer um enfrentamento, aumentando a vulnerabilidade dos agricultores, inclusive quanto às suas terras. Rozendo concluiu com duas questões que têm afrontado a agricultura familiar no caso do RN e do semiárido. A primeira questão apontada pela professora foi o estabelecimento de parques eólicos em toda a região norte do estado, incorporando diversas áreas de produção alimentar. O segundo, foi a extração de petróleo também em áreas de reforma agrária. Rozendo assinalou que, nestes dois casos, o INCRA têm sido um ator fundamental, inclusive na abertura destes territórios para estas atividades, colocando a necessidade de pensar no papel destas instituições.

Fechando as discussões da parte da tarde, Renato Maluf retornou à questão do agronegócio se colocar enquanto defensor da segurança alimentar. O professor contou que já havia colocado em um debate interno da sociedade civil do CONSEA, que o principal risco que se corre não era o fechamento da área mas a resignificação das referências da SAN. Para Maluf, a importância da questão dos alimentos é proporcional à atenção que a iniciativa privada dá a eles. O professor apontou como exemplo a discussão ocorrida na quinta conferência nacional do CONSEA em 2015, quando, depois de uma longa discussão, ficou decidido que o lema que melhor expressava o caráter social do tema era “comida de verdade, no campo e na cidade”. Seis meses depois, a Sadia lançou uma campanha dizendo que o que ela oferta é comida de verdade. Segundo Maluf, há a necessidade de um retorno ao campo das narrativas, já que acertar no lema não basta. Maluf reiterou a ideia de que o papel da agricultura familiar, diversificada, na produção do que se come é real, possível e efetivo, mas é mais potencial do que efetivo na ausência de políticas públicas muito deliberadas nesta direção. Por fim, Maluf colocou a importância do urbano na SAN, como a fronteira de reflexão neste campo. Em sua visão, não é a questão de como os agricultores fazem para chegar na cidade, são as questões urbanas da SAN propriamente ditas, que, por sua vez, rebatem na agricultura fortemente.

Encaminhamentos finais

Ao final do dia foi aberto espaço para que todos participantes pudessem contribuir nas reflexões acerca dos possíveis encaminhamentos e ações futuras a partir das discussões realizadas ao longo do Seminário. Neste sentido, Claudia Schmitt (CPDA/UFRRJ) salientou que a proposta deste espaço foi de levantar ideias e iniciativas que possam dar sequência ao debate desenvolvido, tanto no âmbito acadêmico como nos intercâmbios entre academia e movimentos sociais, especialmente em um contexto em que as condições de pesquisa tendem a se tornar cada vez mais adversas. Nesta direção, a pesquisadora pontuou a possibilidade de se estimular a produção de conhecimento entorno da temática debatida para discussão em encontros que já se fixaram na agenda de debates, a exemplo dos encontros da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER) e da Rede de Estudos Rurais.

Da mesma forma, Paulo Niederle (UFRGS) chamou a atenção para o Colóquio Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural, organizado a cada três anos pelo PGDR/UFRGS. Em sua quinta edição, a ser realizada nos dias 03 e 04 de agosto de 2017, o Colóquio terá como temática os desafios para a agricultura familiar em face do novo contexto político-econômico.

Ainda na mesma linha, foi lembrado que a cada dois anos a Faculdade de Engenharia Agrícola (FEAGRI) da Unicamp organiza as Jornadas de Estudos em Assentamentos Rurais em Campinas. A próxima Jornada será realizada nos dias 21, 22 e 23 de junho de 2017 e tem a pretensão de discutir o contexto atual e seus desdobramentos.

Renato Maluf (CPDA/UFRRJ) também lembrou que nos dias 08, 09 e 10 de novembro será realizado o terceiro encontro da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar, na cidade de Curitiba. Neste sentido, Maluf frisou que nos encontros da Rede a temática debatida no Seminário normalmente é abordada em quase todos os grupos de trabalho.

A partir da agenda de pesquisa do Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura (OPPA/CPDA), Sérgio Leite (CPDA/UFRRJ) salientou a necessidade de se avançar nas reflexões acerca dos acúmulos, aprendizados e formas de manutenção dos resultados que se teve ao longo de quase duas décadas de formulação e operacionalização de políticas públicas no Brasil⁴⁵. Neste sentido, salientou a compreensão de que, destarte todos os limites e dificuldades enfrentados, foram muitos os avanços ao longo deste período, com os quais ainda se tem muito a aprender. Por fim, considerou ser necessário se pensar em espaços mais duradouros para avançar nas discussões realizadas ao longo do Seminário.

No sentido de estimular a expansão dos debates realizados para além dos estudiosos do rural, Leonilde Medeiros (CPDA/UFRRJ) considerou ser relevante a criação de uma mesa semelhante a do Seminário no 18º Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia, que acontecerá entre os dias 26 e 29 de julho de 2017 em Brasília. Com o objetivo de estimular outras iniciativas, Leonilde informou que está

⁴⁵ Nesta direção, observou que ao longo dos últimos anos e, principalmente após o Golpe de 2016, diversos atores que foram centrais neste processo estão se afastando dos espaços de gestão, seja por demissão ou por pedido de afastamento para darem continuidade a sua formação. Acessar estes atores pode ser relevante no desenvolvimento deste conjunto de pesquisas.

sendo elaborado um projeto de extensão, relacionado a pesquisa desenvolvida no âmbito da Comissão da Verdade do Rio de Janeiro, para levar as informações levantadas às unidades de ensino de diferentes municípios do estado. Neste sentido, salientou as possibilidades deste tipo de iniciativa para ampliar os debates para além do campo acadêmico.

Julian Cassarino (UFFS) ponderou que a maioria dos participantes do Seminário está realizando avaliações sobre o Estado e os retrocessos nas políticas públicas em que atuam. Assim, considerou que nos próximos encontros se poderia criar espaços para definição de procedimentos metodológicos e linhas de pesquisa comuns, visando viabilizar estudos comparativos e uma leitura de âmbito nacional. Caso não seja possível viabilizar isto por meio de um projeto de pesquisa financiado, considerou que se poderia pensar em desenvolver estes estudos a partir das pesquisas de doutorado, mestrado e de graduação que estão em andamento.

Guilherme Delgado (IPEA) considerou ser necessário retomar o fator regional na agenda de pesquisas futuras, pois o mesmo acabou sendo negligenciado nos estudos desenvolvidos nos últimos anos, os quais passaram a se centrar em análises de cunho macro⁴⁶. Neste sentido, ponderou que, em sua compreensão, para que se possa elaborar estratégias de longo prazo para o rural brasileiro deve-se repensar o desenvolvimento regional, em seu aspecto rural. Da mesma forma, salientou a importância de se dar respostas de longo prazo ao desenvolvimento do conjunto do rural brasileiro, saindo-se dos limites da dicotomia agronegócio e agricultura familiar, para, em seu lugar, pensar o conjunto das atividades econômicas.

Nelson Delgado (CPDA/UFRRJ) considerou que, para além dos encontros mais pontuais nas atividades futuras, seja necessário elaborar um projeto de intercâmbio mais estruturado, com a definição de temas centrais⁴⁷. Neste sentido, observou que tal projeto possa ser viabilizado a partir das diversas instituições com as quais os participantes estão envolvidos. Seguindo esta proposição, Renato Maluf lembrou o Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura (PIPSA), criado em 1979.

Dialogando com as diversas possibilidades aventadas ao longo da discussão, Renato Maluf salientou, inicialmente, que estes encaminhamentos serão desdobrados ao longo do próximo ano. Em segundo lugar, observou que o Seminário foi uma iniciativa acadêmica e assim deve permanecer, mesmo que tenha uma expressiva interlocução com os movimentos sociais. Frente às propostas levantadas, salientou a possibilidade de se avançar no debate nos eventos que serão realizados ao longo de 2017 e próximos anos; avançar em uma agenda de pesquisa em diálogo com pessoas que faziam parte do quadro do extinto MDA e que foram exonerados ou estão dando continuidade à sua formação em diferentes cursos de pós-graduação; e a possibilidade de se pensar um projeto de intercâmbio, a exemplo do PIPSA, em que pode-se aventar as possíveis agências de financiamento.

Acerca desta última proposição, Leonilde Medeiros lembrou que a Rede de Estudos Rurais foi criada com a intenção de dar continuidade às ações

⁴⁶ Esta importância que passou a se dar às abordagens macro, na compreensão de Delgado, foi, em grande parte, estimulada pelas próprias dinâmicas e atores do agronegócio.

⁴⁷ Entre os quais também salientou a necessidade de se voltar a abordagens mais regionais, conforme destacado por Guilherme Delgado.

desenvolvidas no âmbito do PIPSA. Assim, ponderou que a mesma pode ser vislumbrada como espaço de aglutinação e articulação desta iniciativa.

Paulo Niederle (UFRGS) considerou que, mesmo com a possibilidade de se buscar uma organização para garantir o desenvolvimento de tal projeto, com um nível mínimo de institucionalização os diferentes programas de pós-graduação poderiam viabilizar a participação de alguns representantes nas discussões a serem desenvolvidas nesta iniciativa, destarte o contexto de recursos escassos. Neste sentido, Renato Maluf considerou que esta institucionalização pode ser viabilizada pela Rede de Estudos Rurais.

Fabrcio Teló (doutorando CPDA/UFRRJ) considerou que, destarte a importância de se pensar espaços de debate de cunho acadêmico, o mais importante no contexto atual é disputar os valores da sociedade, em diálogos com a população. Neste sentido, salientou as iniciativas via projetos de extensão, como uma forma de se realizar trabalhos de base. Frente a proposta, Renato Maluf ponderou que uma iniciativa poderia alimentar a outra, pois ao longo do Seminário também se observou a necessidade de se aprofundar pesquisa em diversas temáticas.

Por fim, Guilherme Delgado observou, a partir da experiência do PIPSA, a necessidade de se constituir um projeto de pesquisa com um referencial que viabilize a construção de vários outros projetos regionais. Neste sentido, ponderou que, destarte a necessidade de se desenvolver ações de interação política, o contexto atual exige que se avance em uma agenda de pesquisa mais consistente. Pois, em sua compreensão, se está na defensiva no processo de produção do conhecimento, tendo-se muitos acúmulos individualizados que precisam ser articulados a fim de ganhar maior consistência. Assim, salientou a necessidade de se criar um projeto de pesquisa referencial de âmbito nacional.

Como se pode observar, então, ao longo deste espaço foram apresentadas diversas propostas para dar continuidade à iniciativa do Seminário:

- Estimular a continuidade dos debates entorno da temática abordada em outros eventos e espaços que ocorrerão nos próximos anos. Neste sentido, foram lembrados os seguintes eventos: encontro da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER), encontro da Rede de Estudos Rurais; Colóquio Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural do PGDR/UFRGS; Jornadas de Estudos em Assentamentos Rurais da FEAGRI/Unicamp; encontro da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar; e o Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia.

- Definir procedimentos metodológicos e linhas de pesquisa comuns para viabilizar estudos comparativos, com vistas a uma leitura dos processos em curso de âmbito nacional.

- Elaborar um projeto de pesquisa referencial de âmbito nacional, com a definição de temas centrais, a exemplo da experiência do PIPSA.

- Desenvolver projetos de extensão com vistas a ampliar os espaços de interlocução com outros segmentos e setores da sociedade.

- Como temáticas que devem compor a agenda de pesquisa futura, foram salientadas: reflexões acerca dos acúmulos, aprendizados e formas de manutenção

dos resultados dos processos de formulação e operacionalização de políticas públicas ao longo das últimas décadas no Brasil e retomar pesquisas com enfoque mais regional.